



o grande tema

Artesãos e Artes Populares da BIS

06

Jun. Jul. Ago.

07

vidas e veredas da raia

**viver**



(United Colors of Benetton)

Segura, Concelho de Idanha-a-Nova



António Realinho
Director da ADRACES

O tempo de nos ler ou a arte e o tempo!

FISHEYE

Caríssimo/a leitor(a): A Arte precisa de tempo, sem ele, o artista fica limitado a reproduzir, em vez de criar!

Desde o primeiro número da VIVER, temos analisado a questão do volume dos textos que preenchem as páginas da Revista. As opiniões, como é natural, diferem. Há quem pense que exageramos e que ninguém tem tempo para ler tanto texto e, pelo contrário, há quem defenda que, numa Revista trimestral, nunca falta o tempo para se ir lendo tudo o que ela contém.

Esta questão do “tempo” disponível para fazer o que desejamos ou somos obrigados a fazer, parecendo um assunto sem importância, se nos dermos o tempo necessário para pensar nele, talvez descubramos que, de facto, assim não é!

Por exemplo, diz-se: (quem fala muito ouvindo pouco, arrisca-se a dizer asneira...); embora nos esforcemos por ouvir, vocês falam pouco connosco, por isso, talvez estejamos correndo esse risco!

O ritmo desenfreado que aceitamos impor ao governo das nossas vidas “obriga-nos”, por vezes, a decidir sobre questões sobre as quais ainda não tivemos o tempo de pensar... Para esconder tal facto, quanto menos seguros estivermos, mais afirmativos e imperativos temos de ser para que os outros não duvidem das nossas capacidades de liderança!

Porém, é sabido que ninguém consolida lideranças irreflectidas. Todos sabemos que “quem quer agir muito pensando pouco, ou é irresponsável ou é louco”.

Ora... servem estas palavras para vos solicitar que encontrem e usem o tempo de nos ler. Esta Revista, por não ser uma revista de informação, tem a pretensão de contribuir para que os leitores possam aumentar os seus conhecimentos e capacidades de análise sobre temas determinantes do nosso comum VIVER.

Se pudermos contribuir para que os nossos actos sejam mais reflectidos e respeitadores das reflexões alheias; se pudermos melhorar as nossas capacidades de liderança a todos os níveis, individual e colectivamente falando; se estas leituras nos ajudarem a consolidar os nossos pequenos e grandes “poderes” baseados no respeito e na consideração pela importância e reflexão que atribuímos a cada assunto em discussão e não pela imposição do simples direito de mandar... então estaremos no bom caminho!

“Só as pessoas, ao desenvolverem-se, adquirem os conhecimentos necessários ao desenvolvimento e transformação de todas as coisas”.

Também é por assim pensar que editamos esta Revista. A vossa crítica ao que aqui se faz e diz, as vossas sugestões para melhor ir ao encontro das vossas preferências e gostos, são o “fermento” que há-de ajudar a levar este “pão” que trimestralmente amassamos.

Se nos criticarem, é sinal de que nos leram e nos deram a oportunidade de ouvir, para melhor poder dizer. ☘



ADRACES

- | | |
|--|--|
| <p>01 DO DIRECTOR
O tempo de nos ler ou a arte e o tempo!</p> <p>03 DO EDITOR
Ei-los que repartem!</p> <p>04 TEM A PALAVRA
Entrevistas às Juntas de Freguesia da BIS:
Aldeia de Santa Margarida, Aldeia do Bispo,
Almaceda e Aranhas</p> <p>08 TRIBUNA DA CIDADANIA
Coronel Guardado Moreira
“De militar a misericordioso!”</p> <p>10 ONDAS CURTAS EUROPEIAS</p> <p>12 GRANDE TEMA
Artesãos e Artes Populares da BIS</p> | <p>31 INOVADORES E PIONEIROS
Eles prometem-nos... Um grande projecto, com
óptimos objectivos económicos, sociais e ambientais</p> <p>34 AO SABOR DA PENA</p> <p>37 CONVERSAS DA VÉSPERA
Quatro “passarinhos”... Nos contaram histórias
do seu Ninho, que já não é do Açor</p> <p>40 NÓS ADRACES</p> <p>43 OS NOSSOS PARCEIROS</p> <p>45 QUIOSQUE DA BIS</p> <p>47 TEORIAS E PRÁTICAS
DE DESENVOLVIMENTO LOCAL</p> |
|--|--|

FICHA TÉCNICA

Director: António Realinho † **Director-Adjunto:** Teresa Magalhães † **Editor-Geral:** Camilo Mortágua † **Conselho Editorial:** António Realinho, Teresa Magalhães, Camilo Mortágua, Celso Lopes, Rui Miguel e Filipa Minhós † **Coordenação da Redacção:** Teresa Magalhães, Filipa Minhós, Celso Lopes, Rui Miguel e Margarida Cristóvão † **Director Comercial:** Luís Andrade
Design / Produção Gráfica: Isto é, comunicação visual, lda - Rua Santos Pousada, 157 - 3º - Sala 15 - 4000-485 Porto † **Colaboradores:** Abel Cuncas, Aida Recheda, Ana Paula Fitas, António Salvado, Assunção Pedrosa, Carlos Rosa, Celso Lopes, Clarisse Santos, Domingos Santos, Fernando Paulouro Neves, Fernando Raposo, Guilherme Pereira, João Ludgero e Maria Celsa, João Mário Amaral, José Lopes Nunes (Jolon), José Portela, Lopes Marcelo, Margarida Cristóvão, Maria José Martins, Marta Alves, Paulo Pinto, Pedro Lino, Rui Morais, Sandra Vicente † **Capa:** ADRACES

Depósito Legal: 243365/06 † **Registo na Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC)** 124952 † **Propriedade:** ADRACES – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul - Rua de Santana, 277 · 6030-230 Vila Velha de Ródão · Telef. +351-272540200 · Fax. +351-272540209 † **Número de Identificação Fiscal (NIF):** 502706759 † **Sede da Redacção:** Rua de Santana, 277 · 6030-230 Vila Velha de Ródão † **E-mail:** viver@adraces.pt † **Periodicidade:** Trimestral † **Tiragem:** 4.000 exemplares



Ei-los que repartem!

Por algumas semanas as ruas e praças das nossas aldeias reganharam vida e alegria, crianças voltaram a ouvir-se tagarelando em muitos idiomas, o bulício do vai e vem de carros e pessoas, dos reencontros inesperados e de há muito imaginados desapareceu, voltamos ao silêncio!

Os nossos emigrantes, ao contrário das andorinhas, nem sequer têm tempo de aqui refazer os ninhos, de aqui conceber e ver nascer e criar os filhos até que estes aprendam a voar. Os filhos dos nossos emigrantes já nascem EMIGRANTES!

Nós, os que fazemos esta revista, gostávamos que assim não fosse. Gostávamos que o nosso “aquecimento” desenvolvimento, fosse ganhando capacidade e condições para, pouco a pouco, os ir acolhendo definitivamente, para poder contar

para, com tempo, lhes falar do que por cá se passa, das oportunidades criadas e por criar, deste País que, apesar de tudo, é diferente daquele que (alguns) há décadas deixaram, sem que ninguém se tenha dado ao trabalho de responsável e detalhadamente lhes explicar a nova realidade!

Ao vê-los repartir, aviva-se-nos a consciência do imenso trabalho por fazer, do quanto será difícil e longa a caminhada pela regeneração, pelo menos parcial, das comunidades rurais da BIS.

Ao reconhecer as dificuldades, renova-se-nos a motivação de colocar todas as nossas possibilidades e capacidades de contribuir, ainda que modestamente, para um cada vez mais acentuado retorno dos mais empreendedores e esclarecidos emigrantes da BIS.

Por razões alheias à nossa vontade, este



Camilo Mortágua

Editor-geral
camor@sapo.pt

Vêm depois e partem antes das andorinhas!

com a sua capacidade de iniciativa, com a sua alargada visão dos tempos e das oportunidades de vida, também com os seus recursos postos ao serviço do desenvolvimento das terras que lhes foram berço... porque não?

Ao vê-los partir, ficamos imaginando as outras duras “veredas dos seus VIVERES” quotidianos e desejando poder ir até eles

sexto número da VIVER não é dedicado à emigração. Em seu lugar, decidimos lançar a discussão sobre as Artes Populares e os Artesãos da BIS, o que significa falar de pessoas e actividades que constituem um dos mais importantes pilares de sustentação da vida local, com amplas possibilidades de expansão e crescimento em termos sociais e económicos.

Cada “Grande Tema” abordado leva-nos directamente ao contacto com pessoas e realidades que contribuem para aumentar o nosso conhecimento sobre as formas e condições de vida daqueles para quem objectivamente trabalhamos.

Como editor da Revista VIVER, não me basta, simplesmente, EDITAR a revista. É preciso que a revista contribua para “EDITAR” uma grande e coesa vontade colectiva de lutar pela valorização da imagem e da realidade social e económica da BIS, desiderato maior da ADRACES e das autarquias associadas. ✿

*Freguesia de Aldeia de Santa Margarida
Luís Caria, 72 anos*

“A aldeia criou-se com o presidente Morão”



ADRACES

Natural da Aldeia de Santa Margarida, foi criado numa Casa Agrícola da Região, onde o seu pai era feitor. Fez todo o ensino primário na localidade.

Aos 11 anos, entra no Seminário de Beja e por lá permanece durante seis anos. De regresso à Casa Agrícola, só dois anos mais tarde encontra finalmente a sua carreira profissional, como factor nos caminhos-de-ferro. Percorreu as estações ferroviárias da Região e outras tantas do País, até ser colocado em Sacavém. Depois de ser promovido a factor de primeira para Negrelos, perto de Vila das Aves, em 1962, acaba por pedir a demissão. A Casa Agrícola volta a ser o destino de Luís Caria, para ocupar o lugar do pai, agora acompanhado da esposa e das duas filhas. E já não mais saiu.

Como é que entrou na Junta de Freguesia?

A política apareceu com o Morão. Convidou-me a concorrer, mas recusei prontamente. Já o conhecia há muito tempo, foi sempre um homem invulgar, fora de série... Tanto insistiu, que eu acabei mesmo por aceitar. Fiz dois mandatos com o presidente Morão com maioria. Numa aldeia que não tinha nada, conseguimos acabar o saneamento, mudar a velha electrificação, calcear por inteiro a povoação. A aldeia criou-se com o presidente Morão. E cá estou no quarto mandato. Vou fazer 72 anos e agora não quero mais. A aldeia está bonita. Temos tudo, ainda melhor do que os outros. Mas, só graças à boa-vontade da Câmara e à união da aldeia é que isto tem sido possível. Do nosso plano de actividades, 95 por cento daquilo a que nos tínhamos proposto foi cumprido.

Qual é a dinâmica desta freguesia?

Temos um professor de educação física que começou com 40 pessoas à noite a fazer ginástica, desde os 10 aos 70 anos. Hoje, perdeu um bocadinho, mas ainda há entre 15 a 20 pessoas, duas vezes por semana. Criámos um grupo de cantares, temos um grupo de cicloturismo e uma associação de caça, com 60 sócios naturais da aldeia. A Junta está sempre disposta a ajudar no que for preciso.

A particularidade da aldeia é que tem uma claque de gente formada nas mais diversas áreas e estão todos muito bem colocados, o que também tem ajudado muito no desenvolvimento da aldeia. Cada um dá o seu contributo a partir dos sítios onde trabalha.

Temos também um Centro de Dia, com cerca de 30 utentes, mas lutamos por um Centro de Noite. Estamos a envidar esforços no sentido de que esse sonho possa realizar-se.

Como está a renovação da população da aldeia?

A aldeia está aqui sufocada entre Penamacor, Proença-a-Velha e São Miguel D' Acha.

Estamos na casa dos 360 eleitores e, segundo a médica de família, é das aldeias do concelho com mais gente nova. Alguns reconstruíram casas e por cá estão a morar, embora trabalhem em Castelo Branco, Alcains, Idanha. São talvez nove ou 10 casais nessa situação. No outro dia, fez-se um torneio de malha e de cartas e, no jantar, contabilizámos cerca de 50 pessoas entre os 28 e os 30 e tal anos.

O problema é o encerramento da escola primária este ano. Fica somente o Jardim-de-infância que ainda tem uns quatro ou cinco miúdos. Os maiores vão para a escola de Idanha-a-Nova. O posto de saúde esteve também para encerrar, mas fez-se uma grande acção de intervenção com um spot a passar na rádio de Castelo Branco – “Há instituições que fecham por ter utentes a menos, que é o caso das escolas, e há outras que fecham por ter utentes a mais, que é o serviço de saúde”. Felizmente, conseguiu controlar-se a situação.

Qual é a possível fórmula para evitar que as pessoas se vão embora de vez?

Não há solução. Para pastor ninguém quer ir, mas também já não são necessários. Na casa agrícola que eu dirijo estou só eu e um ucraniano. Temos aí uns cinco ou seis casais, com 28/29 anos, com as suas boas casas de lavoura, mas são só eles a trabalhar lá. Quando é preciso uma ajuda, vai um amigo e pronto. Arranjar uma actividade para cá fixar as pessoas é difícil. Os empresários que existem estão no sector da construção civil, são seis ou sete empreiteiros e chegam perfeitamente para a procura de trabalho. ☼

*Freguesia de Aldeia do Bispo
Manuel Joaquim, 37 anos*

Por uma reciclagem de pessoas e obras



ADRACES

Aldeia do Bispo viu nascer este jovem, que bem cedo deixou a aldeia para prosseguir estudos. Foi seminarista no Fundão, estudou em Penamacor quatro anos, concluiu o curso de Gestão na Universidade da Beira Interior, na Covilhã. Actualmente, é funcionário na Caixa Geral de Depósitos de Penamacor, mas a sua aldeia nunca foi por ele esquecida. A comprová-lo está o exercício do seu segundo mandato na Junta de Freguesia.

O que é que o motivou a entrar na Junta?

Foi uma situação natural, não premeditada. Na altura, fui convidado pelo Dr. Torrão para ir pela lista de independentes, mas nem me passava pela cabeça vir a ser candidato à Junta de Freguesia. Depois, por diversas situações, havia até inicialmente uma outra pessoa para encabeçar a lista, desistiu, e acabei eu por assumir o lugar. Venci, por acaso com maioria. A última vez nem estava muito vocacionado para voltar a candidatar-me, mas as situações às vezes obrigam-nos a estas condições. Só se eu não cumprir os objectivos que eu me propus alcançar para a freguesia durante este mandato, é que equaciono a hipótese de me recandidatar. Penso que deve haver renovação, deve haver sangue novo. Os jovens têm uma mentalidade mais aberta, são mais incisivos. E até se tem provado que as freguesias que integram elementos jovens nas Juntas têm evoluído mais do que as outras.

Qual o ponto de situação desta freguesia?

Somos mais de 900 pessoas. E não temos anexas. Aliás, embora seja a freguesia com a menor área do concelho (5 Km quadrados), é talvez a segunda mais populosa a seguir a Penamacor. Estrategicamente, temos uma importante centralidade face às freguesias vizinhas: Aldeia de João Pires, Aranhas, Águas e Salvador. E também é uma freguesia que tem uma certa auto-suficiência laboral. Ainda temos escola primária e com perspectivas de se manter. Mas eu defendo a concentração das escolas primárias num único pólo escolar, anexo à Escola C+S Ribeiro Sanches, em Penamacor, embora nós tenhamos a escola garantida, pelo menos em número de alunos inscritos, por mais seis ou sete anos. Ainda ronda os 18 alunos.

E que mais pode a Junta fazer para fixar pessoas?

A ligação da freguesia ao Parque Industrial de

Penamacor era fundamental. Automaticamente também colocaria as freguesias vizinhas mais próximas da Zona Industrial. Um outro grande objectivo, que não tem apenas que ver com investimento directo, mas que depende dos serviços do Estado, passa por certificar pessoas em termos de competências profissionais.

Do ponto de vista turístico, a aldeia tem potencial?

Sim. Poderia investir-se na área da arqueologia. Nós temos a zona da Lameira Larga, que quase ninguém conhece mesmo a nível do concelho, onde foram encontrados valiosos achados arqueológicos. Em termos de turismo, temos a Casa do Bispo, os moinhos de vento, as lagariças, os moinhos de água... Criando um projecto de recuperação de todo este circuito, tínhamos um enorme potencial turístico, mas não há dinheiro para isso.

Acho que o turismo não passa só por Aldeia do Bispo, ou só por Águas, ou só por Aldeia de João Pires, mas por juntar toda a diversidade patrimonial das várias freguesias num roteiro turístico, agrupando um vasto conjunto de motivos de visita.

Qual a obra de que mais se orgulha?

Quando eu vim para a Junta, as escolas estavam degradadas, o edifício onde está agora a extensão de saúde estava a cair, o polidesportivo estava numa situação difícil. Também requalificámos a paragem dos autocarros e na parte da ribeira houve uma primeira intervenção.

Outra das obras mais importantes foi a remodelação do velho edifício da extensão de saúde. Na altura defendia-se que mais valia fazer um edifício novo. Não concordo nada. Eu defendo que é necessário requalificar e reciclar determinados espaços, para evitar ficarmos com um monte de lixo a um canto nas freguesias. Às vezes não interessa só ter meios, é preciso racioná-los. ☘

*Freguesia de Alameda
José Custódio, 55 anos*

Apostar no linho e na floresta



ADRACES

É natural do Estreito, Oleiros. Na juventude, frequentou o seminário de Portalegre. Seguiu-se a tropa, acabando por concluir o Magistério Primário em Santarém. Casou em Alameda, mas depressa rumou à capital, onde esteve durante 20 anos a leccionar. Há sete anos que está de regresso à freguesia. Tem dois filhos, ambos partiram em busca de novas oportunidades.

Como é que aparece a Junta na sua vida?

Não estava nos meus horizontes um trabalho destes. Mas, motivado por um grupo de cidadãos aqui da aldeia e das anexas em volta, vi que esta terra tinha muitas potencialidades e que juntos poderíamos dar o nosso contributo para valorizar mais a nossa terra. Desde 2005, que estou como presidente. Continuo a exercer a minha profissão de professor, dou aulas de manhã em Castelo Branco e tenho as tardes livres para me poder dedicar à Junta

Qual a situação geral da freguesia?

Contando com as anexas, somos cerca de 1100 habitantes. Temos uma população envelhecida, com poucos jovens que partem em busca de melhores condições de vida. As pessoas sentem-se muito isoladas, porque são muitas terras anexas, desviadas da freguesia.

A Escola Primária já não está a funcionar. Essa foi uma grande mágoa que herdei: ver os miúdos partir para São Vicente da Beira, que ainda dista 30 Km daqui. Fizemos todas as diligências, porque são eles que dão vida à aldeia, mas não foi possível mantê-los.

Para além do despovoamento, que outros problemas assolam esta freguesia?

A agricultura de subsistência continua a ser a actividade principal. Depois há algumas indústrias, mas são coisas muito rudimentares e empregam pouca gente. A população tem-se virado para Castelo Branco e para Lisboa. Principalmente a indústria hoteleira levou muita gente daqui para a capital. E poucos estão a regressar. Estávamos convencidos que os emigrantes ainda regressariam, mas poucos o fazem. Acabam por criar raízes nos países de acolhimento, têm os filhos e os netos lá e já não voltam. Vêm somente passar 15 dias de férias no mês de Agosto.

E do ponto de vista turístico, esta freguesia tem potencial?

Acredito que sim. Os nossos recursos naturais são muito bonitos e era por aí que eu gostava de pegar. Gostaria de revitalizar os moinhos e as azenhas que temos ao longo da ribeira. E depois temos uma Aldeia do Xisto que é Martim Branco. Está a ser completamente remodelada, tem uma nova configuração, através da recuperação de casas dentro do projecto das Aldeias de Xisto.

E os turistas têm onde ficar alojados?

Esse é outro grande problema. Mas penso que uma coisa puxa a outra. Se nós começarmos a valorizar o nosso património, se conseguirmos, por exemplo, um espaço para pôr um parque de campismo, os turistas vêm. Já a escola pode ser recuperada para turismo de habitação. Mas gostava de aproveitar pelo menos uma parte da escola para montar um atelier de teares, revitalizando um potencial que tínhamos aqui antigamente e que se perdeu ao longo do tempo – o linho. Gostava de pegar na gente que ainda sabe trabalhar nessa arte para que pudessem transmitir os seus conhecimentos aos mais novos. Se não lhes mostrarmos, nunca saberemos se eles se interessam ou não. E poder-se-ia apostar na criação de lojas para vender os produtos resultantes deste projecto.

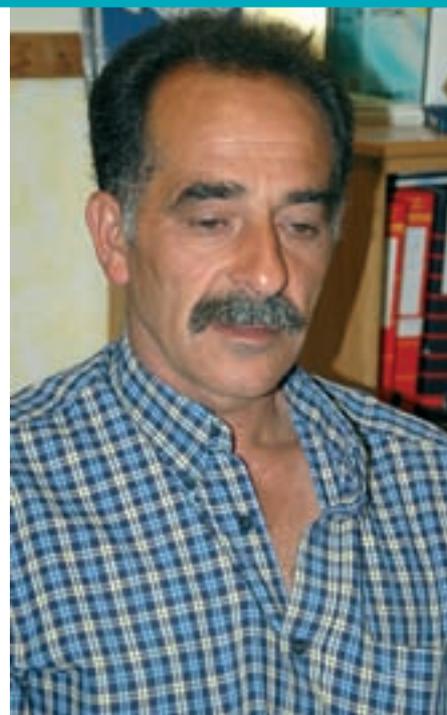
E o futuro?

Neste momento, temos um lar, mas não funciona nas melhores condições, pois o espaço é pouco e há muita gente para entrar. Já temos o projecto para a construção de um novo lar, possivelmente vai arrancar num espaço curto de tempo.

Outro projecto que vamos também desenvolver é a criação de uma Zona de Intervenção Florestal (ZIF) para a freguesia toda, onde as pessoas já estão envolvidas, temos mais de 60 por cento da área para este projecto. E este projecto seria uma importante fonte de trabalho. Os incêndios acabaram por nos tirar a grande riqueza que tínhamos aqui – a floresta. Era o sector que mais gente empregava. Daí a necessidade de criar a ZIF. As pessoas têm de acreditar na sua união e associação, porque só todos juntos conseguiremos dar a volta por cima. E quanto mais cedo melhor, porque neste momento ainda existem pessoas suficientes a trabalhar na floresta para justificar a criação da ZIF. ☘

*Freguesia de Aranhas
Luís Vaz, 45 anos*

“Eu não sirvo para político”



ADRACES

É um filho de Aranhas, nunca saiu da terra, nem para estudar. A exceção aconteceu unicamente aos 14 anos, quando trabalhou na exportação de madeira na zona do Paúl. Não ter prosseguido estudos é talvez o passo de que menos se orgulha de ter dado, mas como resignadamente refere “alguém tinha de ficar”. Trabalhou vários anos na floresta por conta própria, actualmente dedica-se ao trabalho agrícola numa quinta. As divisões ideológicas entre os habitantes da localidade acabaram por ditar o seu ingresso numa caminhada autárquica. Luís Vaz tem ajudado a população a lutar pelo objectivo comum de dignificar as condições de vida da freguesia. “Fui convidado por várias forças políticas, embora eu nunca tenha sido muito ligado a partidos. Nem vou ser, estou completamente desiludido com eles”, revela. Acabou por aceitar o convite que vinha das pessoas a quem estava mais ligado e, nas últimas eleições autárquicas, chegou ao comando da Junta, da qual já tinha alguma experiência como secretário de um anterior mandato. “Eu não sirvo para político. Todavia, ser presidente de Junta implica ter de assumir alguma parte política. E isso torna-se muito difícil”, confessa.

Textos: Filipa Minhós
Fotos: ADRACES

Qual a situação de Aranhas?

Somos 300 habitantes. Temos muito poucos jovens. Na escola são apenas oito alunos, desde o primeiro ao quarto ano de escolaridade. Este ano a escola ainda esteve a funcionar, para o próximo está previsto o encerramento. O futuro passa por levar os alunos de Aranhas para Penamacor. Estou inteiramente de acordo. Eu acho que, uma vez que os alunos têm de ser deslocados à tarde para aulas extra-curriculares noutras escolas de freguesias do Concelho, então o melhor é que sejam encaminhados logo de manhã para Penamacor, onde têm todas as condições.

Que outros problemas assolam a freguesia?

No que toca à população activa, existem algumas dificuldades de emprego e na manutenção dos mesmos. Quem tem investido neste momento é uma geração de pessoas que está em Lisboa, que herdou casas na aldeia e que agora as reconstrói para vir passar férias. Brevemente o sector da construção também vai parar.

A nível de valências sociais do que é que dispõem?

Temos um Centro de Dia, com um trabalho notável, temos a

extensão de saúde, com um médico uma vez por semana (antes era duas, agora já não se justifica), embora tenha sido prolongado o tempo de consulta. Tentamos dar o máximo de apoio à população, principalmente aos idosos, que muitas vezes não têm condições de mobilidade para se deslocarem à sede de concelho a resolver determinados assuntos.

E turismo?

Na altura das festas vem bastante gente. Essas pessoas são os filhos dos naturais da aldeia, que foram para Lisboa, que vêm todos os anos e que trazem amigos, e os emigrantes. Normalmente, acabam por ficar em casa de familiares ou no parque de campismo do Freixial, porque Aranhas não tem condições de alojamento.

Que falta fazer em Aranhas?

Já praticamente acabámos o projecto de modernização administrativa na sede da Junta. Adquirimos um elevador, arranjámos o sótão e cedemos as instalações a uma outra associação, Clube de Caça e Pesca de Aranhas. Na parte da frente, construímos rampas. Também temos Internet gratuita disponível para todos. Estamos ainda a criar uma biblioteca por iniciativa da Câmara.

No futuro temos mais obras para fazer. Eu queria dar um arranjo ao cemitério. Já está no nosso plano há dois anos, espero que antes do mandato terminar ainda consiga fazer esse trabalho.

Estamos a entrar em acordos para requalificar a capela da Senhora do Bom Sucesso e envolvente, com a criação de uma zona de lazer, tornando o espaço mais agradável.

Mas um dos principais objectivos que quero concretizar será o arranjo da saída de Aranhas para Espanha. A requalificação de pequenos becos situados no final da freguesia e a criação de estacionamento são outras prioridades. ☼

José Guardado Moreira

De militar a misericordioso!



Uma vida em serviços públicos, um quarto de século a engrandecer e a melhorar os serviços da Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco.

Trazemos hoje a esta tribuna de ilustres e exemplares Cidadãos da BIS, um homem não muito grande de talha, mas um “enorme” Cidadão albicastrense!

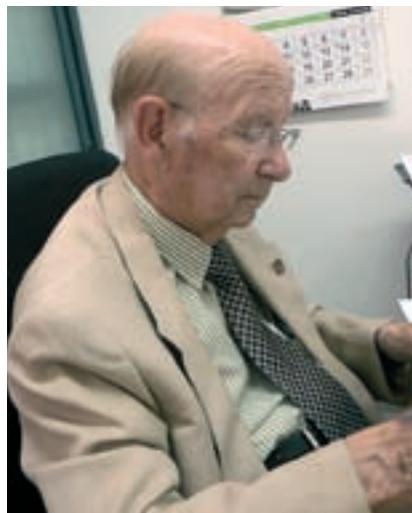
Texto e fotos: Camilo Mortágua

Ao vê-lo, com um sorriso de calmo e suave pôr-de-sol, de gesto delicado pouco “castrense”, quem diria que está ali um Senhor Coronel de Infantaria, com grande “tarimba” adquirida em muitos quartéis do País e por terras de Angola e, sobretudo, Moçambique, das mais “quentes” em tempos de Guerra e de Paz, como são Tete e Niassa. De pose discreta e quase tímida, detecta-se no seu olhar atento e calmo a atenção com que nos escuta. Fala pausadamente e com satisfação profunda da “sua” obra à frente da Provedoria da Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco, mas não esquece as suas variadas passagens por Castelo Branco, onde sempre acabou por retornar, após as muitas deslocações impostas pela sua carreira militar.

Embora não o expresse, nota-se-lhe o apego a estas terras e gentes, a satisfação que lhe sustenta a vida por quotidianamente poder contribuir para aliviar o sofrimento de tantos conterrâneos seus.

É natural de Toulões, concelho de Idanha-a-Nova. Frequentou a escola primária de Salvaterra do Extremo, quando mesmo tendo de andar cinco quilómetros a pé para ir às aulas, muitos eram os colegas que alegravam o caminho... – Outros tempos!

Completo a sua formação no Liceu Nacional Nuno Álvares, em Castelo Branco, na Escola do Exército na Universidade de Coimbra e com diferentes cursos militares da arma de infantaria e no Instituto de Altos Estudos Militares, em Caxias, aqui para o curso de promoção a Oficial Superior.



Entre 1946 e 58 comandou várias companhias da GNR em Idanha-a-Nova, Castelo Branco e Évora. Militar disciplinado e respeitador das orientações hierárquicas. Em 31 de Julho de 1974, saiu voluntariamente de Governador do Distrito do Niassa (Moçambique), onde desenvolveu meritória actividade social e administrativa.

Em Setembro de 74, foi nomeado 1º comandante do Regimento de Infantaria de Castelo Branco de onde transitou para chefiar o Distrito de Recrutamento e Mobilização, até Fevereiro de 1980, data da sua reforma da vida militar.

O Coronel José Guardado Moreira, Homem de Missão e de missões, lamenta que hoje exista muito menos disponibilidade para o voluntariado do que antigamente. – “cada vez é mais difícil encontrar gente responsável e honesta que se disponha a ajudar benevolmente o seu semelhante”.

Embora consciente das dificuldades que enfrenta para levar a cabo a sua ambição de engrandecimento contínuo da Santa Casa, não é homem de esmorecer ou desistir.

Nisto, tenacidade e firmeza na persecução dos seus objectivos; vem ao de cima a sua formação e vivência militares, mas... de onde lhe vem então a sua paixão pelo serviço social?

Será que a vida militar, sobretudo a vida militar passada fora dos quartéis e em contacto directo com o sofrimento de pessoas reais, quase sempre fragilizadas moral e economicamente, está na origem dessa paixão?

Segundo o Senhor Coronel nos contou, a sua ida para a Provedoria da Santa Casa é mais obra do acaso e da influência de amigos e familiares que de outra coisa qualquer. Será mesmo assim?

Retirado da vida militar em 80, assume a Provedoria em 85. A inactividade resultante da reforma de uma pessoa activa e de acção, a tentação de deixar obra para a história e a sensibilidade própria para o sofrimento dos outros devem ter sido também factores de peso para alimentar esta grande entrega ao serviço da Comunidade.

Como o mais importante de tudo são os resultados (os porquês são secundários), eles ilustram e valorizam sem sombra de dúvidas a obra de um exemplar Cidadão que muito respeitosamente saudamos e encorajamos a continuar. ☘

Carta de Paris



FISHEYE

Confesso que não é fácil, nestes países ditos desenvolvidos, onde só conta aquilo que se tem e não aquilo que se é, descobrir acontecimentos ligados de alguma forma às artes populares e aos artesanatos.

Mas aqui em Paris, onde dizem que há de tudo (como nas farmácias), o último museu que foi construído é dedicado àquilo que nós agora chamamos de artes populares. De facto, foi inaugurado o ano passado, perto da célebre Torre Eiffel, um museu dedicado às artes pré-colombianas dos índios da América.

Quando os índios faziam as peças que nós agora consideramos arte, nunca imaginaram que um dia elas viriam a ser consideradas como peças artísticas e a terem um museu em Paris onde são expostas permanentemente.

Há mais de 500 anos, quando os índios fizeram estas peças, fizeram-nas porque elas tinham utilidade, quer na vida do dia-a-dia quer na vida religiosa. Mas também as fizeram como se faz um trabalho de que se gosta e que, também por isso, ajuda ao nosso desenvolvimento e realização como pessoas.

Para se fazerem peças de artesanato é preciso ter jeito, inspiração, paciência, gosto, dedicação, mas também é preciso saber trabalhar com as mãos. Mas, porque os ofícios estão a perder-se, cada vez são menos as pessoas que aprendem a trabalhar com as mãos. E, por isso, suponho eu, cada vez haverá menos pessoas a tentar realizar-se através da execução de peças de arte e de artesanato.

Nos tempos que correm, a razão pela qual há pessoas que se dedicam às Artes populares e ao Artesanato não é tanto o dinheiro que ganham ou podem vir a ganhar, mas sim o gosto que lhes dá fazer esse trabalho. Também não é tanto a utilidade que as peças têm ou podem vir a ter, mas sim o prazer que sentem em fazer coisas o mais belas possível.

Neste tempo em que se trabalha mais pelo dinheiro que se ganha do que pelo gosto que dá o trabalho que fazemos, é com grande satisfação que vejo uma revista falar das Artes populares, Artistas e Artesanatos. Significa que estas actividades ainda têm vida nesta zona de Portugal e são aposta de futuro. Mesmo que seja uma aposta difícil de ganhar, creio que vale a pena. 🌱

Joaquim Alberto

“curtíssimas”

As principais mudanças previstas para a Política Agrícola Comum (PAC) serão anunciadas pela Direcção Geral “DG AGRÍ” da Comissão Europeia, no próximo dia 21 de Novembro.

Os ministros europeus da agricultura, decidiram, numa reunião no Luxemburgo, acabar com o sistema de intervenção comunitário sobre o mercado do milho.

A Comissão Europeia lançou a concurso público a futura Rede Rural Europeia para avaliação ex-ante do Programa FEADER 2007 / 2013.

Vinha. Anuncia-se uma reforma profunda no sector vinícola, com o objectivo de equilibrar o mercado, reforçar a competitividade, preservar as zonas rurais e simplificar a regulamentação para produtores e consumidores. Se as tendências actuais prosseguissem, em 2010/11, os excedentes atingiriam 15% da produção global europeia. Para mais informação: http://ec.europa.eu/agriculture/ca-preform/wine/index_fr.htm

Os biocombustíveis no futuro do Desenvolvimento Rural europeu. A directiva europeia “biocombustíveis” estabelece (valores de referência) para 2% do mercado em 2005 e para 5,75% em 2010.



ADRACES

A directiva sobre as taxas a aplicar à energia permite que os Estados-Membros acordem reduções fiscais em favor dos biocombustíveis, sobre certas condições. Estas reduções fiscais são consideradas como ajudas de Estado e não podem ser aplicadas sem a autorização prévia da Comissão Europeia. A ajuda especial às culturas energéticas, estabelecida na reforma da PAC de 2003 está estabelecida em 45 € por hectare, para uma superfície (europeia) de 1,5 milhões de hectares como “plafond” máximo orçamental. **Para mais informação:** http://europa.eu.int/comn/agriculture/biomass/biofuel/index_en.htm

Tratado da U.E.: os Estados-Membros recusam mais prolongamentos

Os Estados Membros da U.E. estão desejosos de acabar com as discussões em volta do Tratado e querem que esse processo seja encerrado definitivamente, como previsto, na Cimeira Europeia de Lisboa a 18 e 19 de Outubro próximo.

Três grandes conferências sobre a avaliação da Política Agrícola Comum –PAC

O Ministro Francês da Agricultura anunciou a realização de “três grandes conferências” durante o primeiro semestre de 2008 sobre a

avaliação da “PAC” a fim de preparar a presidência francesa da U.E. que se iniciará a 1 de Julho de 2008.

Estas conferências terão por temas: “Investigação e agricultura”; “Higiene, saúde e segurança alimentar”; “Co-desenvolvimento agrícola”.

Aviso sobre abertura de concurso público para: Estudo sobre o desenvolvimento e a valorização dos produtos florestais não comercializáveis. Data limite de recepção das ofertas: 2 de Outubro de 2007.

Conferência sobre a “flexisegurança” a 13 de Setembro em Lisboa.

Quarta-feira 12 de Setembro: Balanço e evolução da estratégia para as regiões periféricas: (DOM-franceses, Canárias, Açores e Madeira)

Para mais informação:

Ewa Kaluzynska 00 32 2 299 26 15;

Dina Avraam 00 32 2 295.96 67. ☎

GRANDE TEMA



Artesãos e Artes Populares da BIS



FISHEYE

Arte Popular

A Teia que o Povo tece

1. BANDEIRA CULTURAL. Levantar a bandeira da arte popular, valorizando as pessoas e o território da nossa zona raiana, é mais um propósito meritório desta nossa Revista. De facto, importa valorizar e divulgar os valores que nos caracterizam e diferenciam, sem qualquer complexo de inferioridade, pois trata-se de assumirmos a relação de pertença e a herança do nosso património. Não se trata só da memória colectiva partilhada, onde enraízam os valores, os sentimentos e as emoções de sucessivas gerações, mas, também, um património a (re)descobrir e a partilhar. Importa que seja assumido de forma dinâmica e com sentido de futuro, aberto à economia dos nossos dias, como *expressão de modernidade autêntica*, enraizada e coerente com o território e as pessoas que originaram tal património.

2. ALMA INVENTIVA. Na milenar sequência de usos e costumes, os saberes e os sabores das comunidades rurais constituem sínteses amadurecidas pelo tempo, traduzindo a forma inventiva como o homem se relacionou com a natureza, consigo próprio e com os outros. Em tais saberes, traduzidos em rituais simbólicos e em tecnologias humanizadas, se cristalizou a alma inventiva de sucessi-

vas gerações trazendo até nós *verdadeiras jóias de arte*, expressão genuína da sabedoria popular.

O sentido e o elo agregador das comunidades rurais traduz-se na sabedoria popular, o que pressupõe a vivência continuada de uma população que compartilha e transforma um território, desenvolve laços de parentesco, reparte tarefas produtivas e funções sociais de representação, visando satisfazer interesses comuns e defender valores colectivos. E o tempo, como grande escultor que é, foi decantando para a memória colectiva do povo o que de mais relevante e simbólico foi sendo realizado e passou a constituir os traços genuínos da sua alma inventiva.

3. O ARTESANATO. Sendo anterior e não se podendo confundir com o processo industrial de produção repetitiva e em massa, o artesanato é portador de carga simbólica, de mensagem cultural, valores e emoções que lhe asseguram identidade própria, com rosto e nome do autor e do local (território físico e de afectos). As principais características do artesanato como arte popular são: simplicidade, unidade, criatividade, funcionalidade, qualidade e identidade.

A **simplicidade** de processos com a execução concentrada na mesma pessoa, desde a concepção, execução e contemplação da obra acabada, como vertente de auto-estima e filiação cultural na comunidade a que pertence. **Unidade**, já que o artesão como artista é responsável e produtor de uma obra filha do seu engenho bebido na aliança cultural do passado com o presente. **Criatividade**, quer colectiva quer individual, já que a obra é fundada nos usos e costumes, herança dos ciclos produtivos rurais, tradições locais e do engenho individual do artesão. **Funcionalidade**, já que as obras na sua grande maioria se traduzem em objectos e instrumentos da vida quotidiana: vestuário, iluminação, utensílios de trabalho, de cozinha, de conservação e arrumo e objectos decorativos ligados aos ritos da recreação e da religiosidade. É aceitável uma certa reorientação das funções dos objectos artesanais, progressivamente desligados da sua utilização produtiva, o que alarga o mercado da procura. **Qualidade** individualizada e transparente, já que se sabe quem, onde e com que materiais a obra foi produzida. **Identidade**, quer ao nível da origem, quer ao nível do destinatário. Ou seja, a comercialização séria pressupõe uma ligação afectiva e cultural entre quem produziu e quem compra. Trata-se de uma cumplicidade cultural positiva, que se filia no entendimento e desejável vibração face ao que a obra artesanal representa, ou seja, formas, saberes e sabores que a memória colectiva consagrou.

4. MARKETING TERRITORIAL. O artesanato como arte popular pressupõe que seja expressão do território de origem e as características atrás referidas têm que se verificar em toda a fileira produtiva, isto é, não só na obra acabada mas, também, a todos os seus componentes e materiais utilizados. O uso de técnicas e a aplicação de tecnologias e ferramentas sofisticadas são desejadas desde que não se adulterem as características de base e esteja assegurada a certificação das várias fases da produção artesanal com o correspondente **selo de garantia**. Este selo tem de corresponder a uma marca identitária territorial que desempenha uma função nobre e de seriedade no processo de divulgação e valorização. Perante o desencontro físico e territorial entre os locais de produção (comunidades rurais) e os locais de compra (centros urbanos), embora seja desejável que os urbanos venham aos locais de origem beber o caldo de cultura popular, há que organizar a comercialização em circuitos próprios que não desvirtuem as características de base e essenciais da arte artesanal genuína.

A melhoria das acessibilidades facilita a deslocação das pessoas, mas continua sem se entender como é que não são aproveitadas as áreas de serviço da nova **auto-estrada A23** para a promoção e venda dos produtos culturais e arte popular da nossa região.

Não basta aumentar o rendimento dos artesãos mas, antes, é fundamental a melhoria das condições de trabalho de modo a que a dignificação e a valorização social do artista seja atractiva e com perspectivas de futuro. Para que o futuro tenha alma e mantenha viva a identidade, é essencial o ambiente e a realidade local dinâmica, o caldo de cultura e a **valorização territorial** que contribua para a revitalização das comunidades locais, as nossas aldeias e vilas. As empresas, desde que de pequena dimensão, incorporando mão-de-obra portadora dos saberes e situadas nos territórios de origem dos produtos, podem representar um salto qualitativo na capacidade de organização, quer da produção, quer da comercialização da arte popular.





FISHEYE

5. O FOLCLORE. Cantar é seguramente o mais espontâneo dos verbos que conjugam a vivência humana. A canção popular nasceu com a celebração da íntima relação com a terra-mãe nos ciclos produtivos (sementeiras, mondas, ceifas, desfolhadas, vindimas, do linho e da azeitona) e dos rituais amorosos e sagrados. Dos gestos do trabalho do campo e dos ritos simbólicos e sagrados, resultaram as coreografias e bailados que o folclore incorporou, como celebração festiva da maneira de ser, de viver, de vestir e de cantar dos membros da mesma comunidade. Por constituir uma *mostra identitária*, síntese viva e vibrante da cultura popular, representa um meio de afirmação e valorização das comunidades locais.

6. O TRAJO POPULAR. O traje é um dos mais significativos reflexos dos usos e costumes, das tarefas e actividades rurais, bem como das manifestações culturais colectivas, com destaque para as romarias. De grande valor funcional e decorativo, revela a arte no aproveitamento dos tecidos disponíveis, sobretudo do linho, como canta o povo:

*Quem me dera ser amor
O linho que estás fiando
P'ra receber os beijinhos
Com que o vais adelgaçando.*

7. OS JOGOS TRADICIONAIS. No campo da espontaneidade, os jogos no domínio da rua, da praça (do adro) das comunidades rurais constituem autênticos factos etnográficos de arte popular, face ao seu carácter colectivo e tradicional. As formas artesanais de jogar têm uma forte ligação às actividades agrárias e pastoris, à festa e ao sagrado. Tais formas lúdicas sobreviveram porque foram assumidas como sendo as mais representativas das comunidades.

Actualmente, o desporto visualizado veio tomar o lugar das práticas lúdicas do movimento harmonioso, afastando as pessoas das suas necessidades vitais, do cultivar equilibrado do próprio corpo, transformando-as em meros consumidores visuais e virtuais. É, em grande medida, uma sociedade do *“homem sentado”*, em que se assiste virtualmente à vida e ao desporto-máquina dos outros. A comunicação social enche as antenas com o relevo aos grandes clubes, às grandes competições, às grandezas e misérias dos dirigentes dos grandes clubes, aos atletas-heróis hoje aclamados e considerados bestiais mas, amanhã, no erro ou infortúnio, logo apontados como bestas a abater. A modernidade é confundida com a massificação globalizada da informação e competição agressiva. Entra-nos a vida pelos olhos, a vida dos outros cada vez a maior velocidade! Mas será que vivemos mais? E seremos mais felizes?

A par da desejável generalização da prática desportiva, faz todo o sentido que os jogos tradicionais sejam redescobertos e assumidos como actividades lúdicas de grande valor pelo seu equilíbrio e harmonia.



FISHEYE

8. A COZINHA POPULAR. O património gastronómico de uma região é o resultado histórico da influência do solo e do clima, moldando os saberes e os sabores de sucessivas gerações. Os produtos naturais genuínos, cultivados com dedicação, o afecto e engenho colocados na arte da alimentação, originaram a riquíssima pauta dos sabores e aromas da cozinha popular. A gastronomia constitui a síntese amadurecida pelo tempo de modo como o homem se foi relacionando com a natureza, os produtos genuínos e, sobretudo, do modo como assumiu o acto cultural do convívio e da partilha à mesa.

O compartimento mais importante da casa rural, onde mais se ensinou, é a cozinha. É o lugar de partilha, o mais acolhedor e hospitaleiro, santuário dos sabores e cheiros. Era o espaço de maior sociabilidade e palco de exercitação do **património popular da oralidade** entre as várias gerações. Como montra afectuosa da cozinha é de assinalar a cantareira, de grande valor funcional e decorativo e expressão da arte e engenho da mulher da casa, como canta o povo:

*Os pratos da cantareira
Estão sempre: tlim, tlim
Assim é o meu amor
Quando está ao pé de mim.*

É nesta **oficina de arte popular** que a mulher é rainha e mestra. Pela sua disponibilidade e empenho fecundo, destacou-se sempre a acção da mulher como mãe, companheira e maestrina dos saberes e dos sabores culinários. Fiel depositária de saberes ancestrais e elo essencial de ligação entre sucessivas gerações, a mulher rural sempre assumiu um papel central e fecundo na cultura popular. Pela sua postura de heroísmo silencioso, merece o reconhecimento e a singela homenagem de todos os que se revêem nos valores da cultura popular.

9. INSTRUMENTOS MUSICAIS. Na música popular, para além da voz exercitada quase sempre em grupo, em canções ao ritmo das actividades rurais, lúdicas e ritos religiosos, surgiram os instrumentos musicais para acentuarem o carácter festivo. Os mais típicos da nossa região são: o adufe, os bombos, a genébres, a viola beiroa, a flauta travessa e a zamburra. De carácter festivo e essencialmente profanos, correspondem a criações e a adaptações que marcam os ritmos próprios da riquíssima música popular da Beira Baixa. Na sua pauta está contida a força telúrica, o rendilhado afectuoso das actividades do dia-a-dia das populações rurais; a par da vibração das voltas do enamoramento e das festas populares das romarias.

O **adufe** e os **bombos** ou **zês-pereiras** são os mais conhecidos e mais utilizados. A **genébres** é uma espécie de xilofone, com uma série de paus redondos maciços, de tamanho crescente de cima para baixo, enfiados numa tira de couro formando um colar. É usada na dança dos homens na Loura (festa das virgens). A **viola beiroa** ou **bandurra** é uma viola popular portuguesa de cinco ordens de cordas de arame, usada sobretudo na zona raiana. A **flauta travessa** de seis furos, de carácter pastoril, é usada sozinha ou integrada em coros, como o das Alviásaras. Na raia tem grande significado a **sarronca** que, por influência espanhola, toma o nome de **zamburra**: É um instrumento algo primitivo, da categoria dos membrafonos de fricção, composta por uma caixa de ressonância (um pote de barro), cuja boca é tapada com uma pele esticada que faz de membrana vibratória. A esta pele é fixada a extremidade de um pau, que esfregado pela mão do tocador faz vibrar a pele e origina um som rouco muito original.

10. CONCLUSÃO. Não cabe no espaço de um artigo de revista a caracterização completa da teia de arte popular que o povo tece. A uns parecerá uma teia do passado, ultrapassada e em morte anunciada. Para outros, constitui uma realidade fundada numa reserva de autenticidade e de originalidade e, portanto, de verdadeira modernidade; que nos cabe dignificar e preservar! Oxalá que a indiferença da sociedade actual, dita moderna e cheia de “progresso” não rejeite esta riquíssima herança e o seu usufruto ainda possível. Também depende de nós! ❀



FISHEYE



Os Produtos Locais Ou os locais sem eles

É típico, em contextos de pouca cultura, haver um sentido minimalista em relação aos produtos locais.

Assentando num dito popular que tem como máxima a de que “A galinha do vizinho é sempre mais gorda que a minha”, fica explicado o desprezo de algumas comunidades em relação ao que é seu, de corpo e alma.

Amar o que é nosso é valorizar um património cuja valia é tanto maior quanto mais o soubermos valorizar.

Num contexto globalizante, o factor “diferença” é talvez a única forma de garantir a sobrevivência de um povo, dos seus valores e de tudo o que a sua cultura materializa com arte e saber, garantindo a tradição. Os produtos locais são normalmente fruto, não só de um gesto materializador de uma cultura, mas também o de determinantes climáticas próprias da morfologia e localização geográfica.

A forma mais inteligente de tirar partido desta realidade que condiciona e ao mesmo tempo propicia a produção de determinados produtos faz deles algo de indelocalizável, tornando-os um exclusivo natural de determinado local.

O saber que lhes é intrínseco e o domínio das técnicas que lhes estão adjacentes são um valor capital que constituem um forte elemento identitário de uma ou várias comunidades que humanizam determinada área geográfica.

O fortalecimento e a garantia da prosperidade destas dinâmicas singulares das produções locais estão, quanto a mim, baseados na

forma como soubermos lidar com a transição do saber ao conhecimento e do impacto que estes produtos possam causar na generalidade das comunidades consumidoras.

A singularidade destes produtos é fruto de especificidades naturais cujo equilíbrio urge manter em abono da sobrevivência de quem os produz, da sua cultura e do equilíbrio entre o homem e a natureza. Os produtos locais são mais do que uma fonte inesgotável de rendimento num ambiente de crescimento sustentável, são também uma forma de afirmação cultural incontornável num cenário de mundialização ou globalização aparentemente avassalador.

A minha terra tem sol, tem mar, tem montanhas tem prados verdes e florestas. Já vi em outras paragens aquilo de que tanto gosto na minha terra. Mas aquilo de que tenho mais orgulho é de saber e poder dar a conhecer que o melhor queijo da Serra da Estrela do mundo, o melhor galo de Barcelos do mundo, o melhor Vinho do Porto do mundo, os mais belos tapetes de Arraiolos do mundo são da minha terra.

A minha terra sem eles seria como uma linha recta num electrocardiograma. ❁

João Mário Amaral

Presidente da Direcção da Associação de Artesãos
da Serra da Estrela e Região Centro de Portugal
www.aasestrela.com

Da boa guarda de artes, ofícios e outras actividades em vias de extinção ou não

Com a idade vêm-nos à memória as profissões que conhecemos e que deixamos de ver. E pensamos: o que a substitui agora? Como se fazia aquilo? Haverá ainda alguém a trabalhar naquela arte? E todos os saberes, jeitos de mão, “habilidades” que se foram acumulando pela experiência, transmitidas de mestre a aprendiz, discutidas e buriladas entre oficiais do mesmo ofício e que nunca poderão ser verdadeiramente passadas por livro, vídeo ou curso profissional à distância, são assim perdidos para sempre.

Progresso? Só o seria de facto se cada época acrescentasse às suas “descobertas” a preservação das anteriores. Mas o que verificamos é uma simplificação de modos de fazer, uma substituição do homem pela máquina, pelo automatismo, com a consequente perda de importância quer civilizacional, quer social e económica, da pessoa enquanto agente do fazer, executor.

O que pensar dos conhecimentos que detinham os carpinteiros e marceneiros – sobre as espécies de madeira, da ferramentaria, dos modelos e utilidades dos móveis, etc? E dos gostos culinários, dos sabores de produtos locais e do saber como os preparar? Das costureiras, das bordadoras, que nas cidades e nas vilas, faziam uma variedade de vestidos e roupas, peças virtualmente únicas, que a produção de marca e em série nunca fará? O relojoeiro era dos ofícios mais metódicos, meticulosos e pacientes que se pudesse imaginar e o tempo para esta profissão, parou...

E então damos connosco a pensar: onde posso ainda ver uma loja de ferrador? Uma padaria a lenha (em Lisboa estão a acabar, consta que por directiva comunitária!), vamos deixar de saborear o pão cozido no forno, com uma chama de lenha, um cheiro, um sabor que nem o gás nem o forno eléctrico substituirão!

Onde poderemos “guardar” tudo isto? Em Lisboa nada disso tem sido conservado: entre tantos museus e tantas

coleções, na grande urbe em que seguramente terá tido a maior variedade de profissões, a maior concentração de actividades, nada existe que memorize esses misteres. Mais depressa encontramos uma exposição ou um museu de artes e ofícios em Campelos (Torres Vedras) ou em Miranda do Douro, do que na capital. Bons exemplos museológicos são o Museu do Povo Galego em Santiago de Compostela e o Museu das Artes e Ofícios em Paris.

E na BIS, não haverá lugar para uma recolha sistemática, organizada desses ofícios do campo, das vilas? Para além dos instrumentos, utensílios de trabalho, os mais fáceis de guardar, também dos saberes e sobretudo do captar por imagem, o modo de fazer, do artífice em acção, das suas descrições e comentários – esse o verdadeiro segredo do artista, do como fazer. Por memória, para que conste para os vindouros.



FISHEYE

Temos, pois, como objecto dum necessário levantamento e recolha: o instrumental, o artífice ou executante, o produto ou serviço, as matérias-primas, o modo de fazer, os clientes e os fornecedores, a organização da profissão, o seu aprendizado, o contexto social e humano e o quadro territorial e ambiental da actividade.

As actividades poderão ser obviamente todas as que existiram e já deixaram de se praticar ou correm esse risco a breve trecho. Várias etapas dessa recolha, complementares e faseadas, podem ser antevistas com os seguintes resultados ou ofertas ao público. Para as actividades que existem em plena actividade, **uma rota**, **um circuito** organizado a pedido ou com datas previamente divulgadas.

Onde houver a maior proximidade ou concentração destas artes e ofícios, um **centro de interpretação**, seguido e completado de um **centro de artes e ofícios e respectiva escola**. Esta é a versão mais tangível e atractiva, sobretudo do ponto de vista da preservação das próprias actividades e da sua viabilização comercial.

Para as actividades e locais em que só restem as suas reminiscências – tipo minas desactivadas ou locais de pastorícia – **um circuito assinalado**, apoiado em painéis ou em auriculares explicativos, na ausência de voluntários locais disponíveis para uma visita guiada.

Finalmente a etapa mais “consolidada” e preservada, mas

também a menos viva e a de maior “imobilização”: **um museu de artes e ofícios** generalista ou se a especialização local assim o permitir, **um museu temático** – como por exemplo o museu do pão na Serra da Estrela ou os moinhos de maré no Seixal. Finalmente o catálogo, a edição – em brochura, em vídeo – a reprodução e o novo produto, como forma de inovação para o que era antigo e se ia perder e pode encontrar procura ou articular-se com outras actividades ou artes (como por exemplo, a gastronomia, o vitral ou a cerâmica).

Esta recolha, basicamente etnográfica, local ou regional, é sobretudo uma valorização do património vivo – as gentes e os seus saberes e práticas – mas também do património material, edificado, paisagístico e territorial. E é, sem dúvida, mais uma linha de desenvolvimento local e rural, integrado, prenhe de novas oportunidades de vida e de emprego.

Fala-se da possibilidade de instalar um museu de artes e ofícios na Beira Interior Sul (Castelo Branco), oxalá a ideia se concretize, devidamente estudada e programada para durar e preencher cabalmente as necessidades da BIS. ☼



ADRACES

*Maria Celsa
& João Ludgero (Artesãos)*

Falam de experiência vivida

As novas gerações de artesãos, artistas, designers e arquitectos vivem geralmente no limiar construtivo da utopia, justamente no ponto onde a criatividade e o sonho mantêm ligações saudáveis, pontes de contacto possíveis com a realidade e o quotidiano.

Num mundo prostrado perante o poder da imagem, onde a criatividade intelectual é muitas vezes possível através de linguagens e discursos baseados essencialmente nas formas, na volumetria dos objectos e no seu relacionamento harmonioso com o meio onde estão inseridos, os artesãos e artistas movem-se numa atitude constante de pesquisa, de estudo e descoberta de novos conceitos.

Se é certo para o artesão e demais criativos ser da maior importância o conhecimento prático do ofício, o domínio e a mestria das ferramentas das técnicas e dos materiais, transmitidos de geração em geração, é contudo a necessidade intrínseca de construir algo perfeitamente novo e belo, de intervir socialmente, sobretudo de comunicar valores estéticos e filosóficos, o motor da criatividade.

Uma peça de artesanato é um objecto amado, foi concebido num relacionamento amoroso, a mão, a matéria e o pensamento.

O artesão tradicional é um purista, o seu objectivo é a perfeição segundo a tradição, o seu orgulho construir mantendo invioláveis no tempo as formas e as linguagens do objecto.

Outros, em busca de novos valores, preferem embrenhar-se nos materiais e nos projectos, com eles fundir-se, manipularem e serem manipulados, experimentando a arte como um contacto físico e sensorial, dando assim origem a conceitos de arte mais informais.

O nosso projecto “**Quinta dos Trevos – Ofícios**” é uma experiência rural na Beira Interior que permite à família de artesãos viver de uma forma digna numa zona de Portugal com carências específicas. Não sendo por si só uma solução para a totalidade dos problemas do mundo rural, pode contudo apontar caminhos possíveis, encontrar alternativas de vida num espaço geográfico onde a agricultura está em declínio (ao não se encontrar de uma forma concreta alternativas às produções dominantes da zona... tabaco e tomate), onde o fenómeno da emigração é crescente, onde questões políticas e económicas ditam medidas que retiram qualidade de vida, nomeadamente de saúde e segurança, aos que ainda aqui permanecem.

Projectos como a **Quinta dos Trevos – Ofícios** podem, em rede e parceria com outras iniciativas, criar novos focos de interesse económico na Região, nomeadamente ao nível do turismo e do lazer. Finalmente, constatamos que a nossa motivação reside no facto de possuímos liberdade para interagir com outros projectos na mesma linha de objectivos e de podermos paulatinamente participar na construção de novas sociedades. ✿



Carlos Rosa

A polivalência de um artesão artista

Falar de Arte popular é um tema tão vasto que é difícil saber por onde começar. Michel Giacometti já estudou este tema e escreveu:

“Longe de restringir a nossa compreensão dos fenómenos da arte ou cultura popular apenas e só a simples exercícios teorizantes, a militância cultural deve levar-nos a práticas que, a partir do entendimento global da realidade nacional, tendam para a preservação, estímulo ou reanimação das expressões artísticas populares do mais profundo enraizamento”.

FANTASIA LIBERTADORA

Ao falar de arte popular estamos falando de todos aqueles que mostram os milagres das suas mãos e a persistência da sua arte.

O afirmar da nossa memória é tornar vivas as imagens que a definem. Os artistas populares são escultores da liberdade, difíceis de definir na linguagem mesquinha das classificações e dos academismos.

Eles são sombras de dólmens. São Granito, Terra, Lua, são a nossa ligação com o outro mundo, um mundo onde a imaginação não tem de obedecer a regras!

A fantasia popular, profana, traz-nos os gestos perdidos do burlesco, da falta de jeito, do feio, do narigudo e esbugalhado, do mafarrico erótico, da tentação, mas também do infinitamente belo e poético.

O IMAGINÁRIO NA ARTE POPULAR EM PORTUGAL

Tem havido sempre um equívoco ou uma falta de rigor ao apresentar os artistas populares, sejam eles artesãos, poetas ou músicos.

Para que se possa ter uma ideia mais correcta sobre a actividade destes artistas, muitas vezes confundidos na classificação simplista, mas honrada, de - “artesãos” -, será necessário recuar no tempo e imaginá-los num meio rural pobre em que a “arte” era, sobretudo, um meio de sobrevivência destinada a criar produtos utilitários.

Alguns pintores, que hoje fazem parte da história da arte moderna, inspiraram-se nas cores da decoração tradicional destes artistas populares para o desenvolvimento das suas obras. É do sonho e da teimosia desta gente que hoje nos podemos orgulhar de ter um património cultural invejável em Portugal.



CULTURA POPULAR: UMA QUESTÃO DE VIDA OU DE MORTE

Se já não possuímos as referências da memória, estamos mortos! Se não registarmos as trajectórias da evolução das culturas populares, invadimos o esquecimento das coisas.

Eu próprio me confesso pecador, por ter deixado centenas de situações culturais sem as ter registado. Desaparecem os barcos, os carros, as noras, os cata-ventos, os moinhos. Destruíram-se aldeias e lugares. Transformou-se a estrutura económica dos campos com a subsequente alteração dos métodos de trabalho e dos meios e instrumentos de produção (O que significa acabar com os ofícios tradicionais que os fabricavam).

As alterações sócio-culturais operadas nos últimos decénios provocaram a extinção de muitas tradições, isto ficou-se a dever menos ao desenvolvimento do que ao descontrolo do “crescimento” (Especialmente no que se refere à paisagem e ao ambiente construído).

A dimensão estética que fazia da nossa paisagem um delicado acto de criatividade colectiva e, das nossas cidades, vilas e aldeias exemplos vivos de cultura quotidiana, está a desaparecer. A sociedade do egoísmo, da “chateza” e da monotonia do pré-fabricado, da especulação dos solos, da expansão desordenada do cimento e do tijolo, do asfalto, vai relegando para as prateleiras do passado a antiga “ordem” cultural que justificava os artesãos e os “pegãos”, os convívios e as bandas musicais, os poetas populares e os passeios, os “balhos”, romarias e arraiais populares, tudo substituído pelos CD’s e o computador, uniformizados pelos padrões do consumo.

Na ausência de memórias vivas do passado, deixamos secar as raízes da nossa identidade, deixando desaparecer a herança dos que moldaram a nossa maneira de VIVER e criar cultura.

A minha preocupação não é defender o passado pelo passado, mas sim defender um presente verdadeiramente digno e renovador das tradições humanistas desse nosso passado comum. ❁

Carlos Rosa

Artesão Tecelão e Músico Popular



ADRACES

Um latoeiro não é um vira-latas!

Quando a transformação das latas vira... arte!

Armando Francisco Baptista Moreira nasceu há 63 anos na cidade do Porto. Quis o destino trazê-lo para a beirã Região, nomeadamente para o Colégio de São Fiel, no Louriçal do Campo. Aí aprendeu com um mestre um ofício que ainda hoje lhe ocupa a mente e as mãos durante os difíceis e vagarosos dias que correm. A latoaria, a arte de moldar as latas e de as reutilizar, dando-lhes novas funções e aplicações, acompanha-o desde os 11 anos de idade, mas fazer dela uma profissão a tempo inteiro não se tem afigurado como uma opção viável. Casou pelo Louriçal, com uma moça da aldeia, e ainda foram tentar melhor vida para a Cidade Invicta, mas a doença obrigou-os a regressar para o imperturbável sossego da BIS, onde vivem até hoje custosamente com duas pequenas pensões.

Explique-nos qual o processo de criação para as suas peças.

Eu não preciso de desenhar as peças. Qualquer pessoa que tenha habilidade consegue trabalhar desta forma. Por exemplo, eu cismo em fazer esta candeia, não preciso de desenhar nada! Sei os materiais que tenho de aproveitar, sei a forma que lhes quero dar e a obra nasce assim.

Se eu passar na casa de uma pessoa e vir uma peça que me agrada particularmente ou se a vir na televisão, venho para casa e aquela imagem da peça vem-me logo à cabeça. Nem preciso de estar a forçar-me para pensar nela.

Praticamente não gasto dinheiro com os materiais. O estanho é que tenho de comprar, mas as latas e as chapas aproveito tudo da rua. E depois é pôr a imaginação a funcionar. De uma lata de conserva sai um barco, ou faço um regador a partir de uma lata de salsichas. Mas o que faço mais são candeieiros, candeias e picotas.

As pessoas dão valor ao seu trabalho?

As pessoas vêem que a matéria-prima não é valiosa e não dão nada por isso. Mas, para mim, o mais giro é mesmo poder aproveitar materiais que eram considerados lixo. Uma lata vira uma peça de arte. Acaba por ser uma verdadeira reciclagem de materiais. Porque tudo tem aproveitamento, muita gente é que não tem cabeça para lhe dar uso.

Para fazer uma candeiazita tenho de gastar quase um dia de trabalho. Se eu fosse levar o preço equivalente a um dia de trabalho, então é que ninguém comprava. Então peço menos e vai dando para comprar o tabaquito ou uma cervejita.

Até já fiz uma exposição em Alpedrinha e aí vendi muito. Eu fazia as minhas peças ao vivo e, quando havia pessoas a comprar, a minha mulher fazia uns versos para oferecer juntamente com a peça adquirida. No entanto, na Feira de São Fiel

do ano passado, estive lá eu toda a tarde, as pessoas passavam e quase nem ligavam. Mas é sempre bom participar e mostrar. A pessoa que se interessa pára para ver e, mesmo que não compre, pode ir falar a outras pessoas do nosso trabalho.

Diz Maria da Graça Moreira, 61 anos, esposa do latoeiro: “Podiam disponibilizar uma casa para o meu marido dar formação aos miúdos”

A minha ideia passa por ir à Assistente Social e, como está aí uma casa vazia no Louriçal, podia ser que disponibilizassem uma sala para ele dar formação aos miúdos. Aqui em casa não temos espaço para isso. Mas, se disponibilizassem uma sala, com quatro ou cinco garotos, acredito que pelo menos um seguisse o ofício.

Há jovens interessados nisso?

Eu acho que se eles virem como se trabalha, algum é capaz de achar piada. Não quer dizer que façam disto vida, mas pode haver até algum que tenha habilidade e continuar a seguir esta arte. Porque estas coisas estão a perder-se e as pessoas que ainda as sabem fazer não podem ganhar dinheiro com a arte que conhecem. Não se dá valor nenhum a estes artesãos. Então se há tanta criança na rua, não era uma maneira de os entreter e de os manter ocupados nem que fosse um dia por semana?

Desta forma, eles não andavam tão aborrecidos nas suas vidas, nem faziam tantos disparates.

Também há no Louriçal um homem que trabalha com madeiras... Podia estar num salão num sábado a fazer uma exposição das peças dele e os miúdos, por intermédio da escola, irem lá ver. Na semana seguinte, iria lá o meu marido, por exemplo. E assim divulgavam-se todas estas artes e passavam-se às gerações seguintes. ✿



“Quem sai aos seus não degenera”

O Hugo São Pedro não degenerou



A nossa esperança no futuro da BIS saiu reforçada da conversa com o Hugo Filipe Bernardo São Pedro, rapaz dos seus 24 anos de idade, desde há quatro à frente dos destinos da Empresa “Manuel São Pedro & Bernardo Artesanato em Ferro, Lda.” – fundada por seu Pai.

“Quando o meu Pai faleceu, tive que mudar de vida, tive que esquecer a vida da diversão, das miúdas e da noite, a vida de jovem despreocupado. O meu Pai sempre me tinha dito que estava a investir nesta empresa a pensar no futuro dos filhos, eu sempre gostei desta arte do ferro, por isso, quando o infeliz momento chegou, não podia hesitar. No princípio foi muito difícil, as responsabilidades eram muitas, os investimentos feitos ainda não estavam completamente amortizados e a minha inexperiência avolumava as angústias. Com a ajuda dos que me rodeavam, lá fui tocando o barco, o melhor que soube e pude”.

Então veio para esta actividade por obrigação?

Não só... eu sempre gostei disto. Antes do meu Pai já o meu Avô era ferreiro, pertencem a uma família de “ferreiros artísticos”. O meu falecido Pai tinha três grandes paixões, uma paixão com 3 F’s, (Família, Ferro e Fado).

E o Futuro?

As coisas agora estão mais calmas, mas as dificuldades são muitas. As vendas têm diminuído muito, as pessoas têm dificuldade em arranjar dinheiro para pagar a arte, por muito que gostem, têm que guardar para o essencial! O que nos vai amparando é a nossa polivalência, quando o mais artístico não se vende, viramo-nos para outros trabalhos que nos dão menos satisfações, mas ajudam a pagar os salários, como os trabalhos comuns de serralharia civil.

Precisamos de encontrar os apoios e condições que nos permitam abrir um espaço de exposição e venda em local de maior passagem e afluência de público, isto aqui é bom para a produção, mas ninguém nos vê!

Tenho pouco jeito para andar à procura de apoios, o meu Pai sabia mexer-se nessa área. Estou precisando de quem me apoie, não só financeiramente, mas também nas áreas da gestão e da promoção das vendas, alguém com experiência empresarial e disponibilidade para ajudar a pensar as coisas. Imaginação e técnica para melhorar e diversificar a produção tenho eu e o pessoal que aqui trabalha! ✨

Marafonas e Maias: dois artesanatos semelhantes, duas realidades distintas



ADRACES

MARIA ODETE PEDROSO MARAFONAS DE MONSANTO

A infância foi feita a trabalhar, a regar árvores com um cântaro de 18 litros à cabeça, a ceifar trigo, a fazer prensadas para o azeite, a acartar azeitona à cabeça. Também guardou ovelhas e vacas e dedicou-se às limpezas a casas de proprietários da aldeia. Viveu dois anos em Lisboa para acompanhar o marido, mas regressou à terra natal. Um dia, enquanto assistia a um programa de História de José Hermano Saraiva, o professor contou a lenda das marafonas de Monsanto que, segundo a própria, reza assim:

“A marafona simboliza o dia 3 de Maio, que é o dia da Santa Cruz. No século XII, Monsanto foi habitado 60 anos pelos espanhóis lá em cima no castelo, dentro das muralhas. Depois, vieram os franceses, cercaram o castelo em toda a volta e declararam guerra aos espanhóis. Ao fim daqueles anos, muita gente ali morreu e a destruição foi arrasadora. No fim daquela grande guerra, os franceses acabaram os seus mantimentos. E os espanhóis também já estavam nas reservas. No entanto, os espanhóis, o que lhes ainda restava não comeram e guardaram para defesa deles. Só tinham apenas uma quarta de trigo, uma vitela e a marafona, que é em forma de cruz. Deram a quarta de trigo a comer à vitela e depois lançaram a vitela do castelo abaixo, na parte mais alta, para mostrar aos franceses que tinham muita fartura e que estavam em condições de aguentar muitos mais anos de guerra. Na verdade, do que tinham apenas sobrou a marafona. A última coisa que eles fizeram foi levantar a marafona como símbolo da paz, por ser uma cruz. Daí ficou o símbolo da marafona para toda a vida, enquanto houver quem as faça”.

Hoje, com 70 anos, está colectada como artesã de marafonas, mas não prevê um futuro auspicioso para a actividade. “Ainda ontem fui para a rua vendê-las e nem uma consegui vender. Estive todo o dia naquele largo onde param os autocarros, todo o dia ao sol, vim de lá doente e não fiz negócio. Estou a pensar desistir, isto não chega para as despesas, é um triste remedeio”. As marafonas que faz variam entre cinco e 15 euros, dependendo do tamanho da boneca.

FILOMENA GAMEIRO MAIAS DE SALVADOR

Depois do negócio falhado do marido a fazer portas, Maria Gameiro decidiu apostar na arte que já tinha aprendido de pequena com a sua mãe, a arte de construir adufes e de fazer maias, as bonecas características de Salvador. Através de uma candidatura ao projecto LEADER, com o apoio da ADRACES, o casal conseguiu comprar uma carrinha para fazer as entregas e para poder participar em feiras um pouco por todo o País, e adquiriu algum material mecânico de apoio ao trabalho manual.

Mais tarde, também a sua filha e dois netos acabaram por se juntar ao negócio. Hoje, Maria Filomena Gameiro, de 62 anos, e a sua filha estão ambas colectadas e a actividade corre de vento em popa. “Estamos a viver do artesanato eu, o meu marido, a minha filha e dois netos. O negócio vai bem, o artesanato continua a ter muito valor para as pessoas, principalmente para os jovens. Os adufes e as marafonas são tradições que ainda estão bem vivas. Nós até fazemos as nossas maias para Monsanto e não são tradição de lá... Só neste ano já vendemos mais de mil maias”, revela. Mas, para isso, sabe que muitas vezes não pode pedir o valor real que compense o esforço dispendido na realização das peças. “Quero os clientes para sempre, não é só para uma vez. Continuo a vender o meu artesanato pelo mesmo preço de há três ou quatro anos atrás. Os outros não. Têm sempre um preço puxado. As maias estamos a vendê-las ao público a cinco euros. Se for em encomenda fazemos a dois euros e meio cada uma”.

A tradição das maias é, segundo Filomena Gameiro, muito antiga. Faziam as maias e punham-nas à janela no dia 1, 2 e 3 de Maio para afastar as trovoadas. Além disso, a boneca é entendida como uma deusa da fertilidade. Na noite de núpcias punham-na debaixo da cama como forma de anunciar o primeiro filho. Quando deitada nos campos agrícolas avalia a fertilidade das sementeiras. Se a maia fica intacta quando acaba o ano significa que o mesmo foi fraco de sementeiras e que não choveu o suficiente. Se, pelo contrário, a boneca fica estragada e desfeita é sinal de um ano agrícola fértil. ☼

Os trapos contam histórias



ADRACES

Natural de Tomar, Maria do Céu Marques, de 65 anos, aprendeu desde nova o ofício da costura, mas foi na trapologia que encontrou a sua vocação. A arte de combinar retalhos de tecidos em jogos de cor e luz, traduzindo um apurado sentido estético, nasceu nesta criadora quando o destino quis que viesse morar para Gavião do Ródão, aldeia natal do seu marido.

Parece haver nestas terras, tão chegadas à linha do Tejo, um qualquer dom especial que emerge nas mulheres que as habitam. As mãos ganham vida própria e, no mudo esquecimento a que estão votadas no Interior, juntam bocados de trapos em verdadeiras tramas de têxtil, como quem conta uma história. Já a mãe do grande artista Manuel Cargaleiro dedicou a sua vida à trapologia. Ela que, até ao momento, foi talvez o expoente máximo desta arte no nosso País e que era natural de Chão das Cervas, uma pequena aldeia do concelho de Vila Velha de Ródão. Coincidências?

Por ora, fica um pequeno registo da conversa com a artesã Maria do Céu Marques.

Como foi o seu primeiro contacto com a trapologia?

Eu já trabalhava na costura em Tomar. Quando vim para cá continuei a trabalhar nesse ofício. No entanto, eu costumava ir a várias feiras e, num desses passeios, fui à FIL, onde tomei contacto pela primeira vez com este artesanato. Além disso, a minha sogra, natural aqui de Gavião de Ródão, também fazia umas coisinhas só para ela e para os netos. Aos poucos, comecei a gostar e a experimentar. Claro que eu acabei por me aperfeiçoar um bocadinho mais do que a minha sogra, que já era uma pessoa idosa. Noutra altura, assisti na Singer a uma exposição também de trapologia. Gostei imenso e até pedi uma pequena amostra. Foi através dessa pequena amostra que comecei então a experimentar mais a sério, comecei a oferecer a pessoas amigas e as primeiras encomendas de colchas surgiram. A minha filha ia frequentemente a Inglaterra e trazia-me muitos livros, porque eles lá apreciam muito. Li-os de fio a pavio para aprender novas técnicas de execução desta arte.

Mais tarde, com o Prof. Baptista Martins na Câmara de Vila Velha de Ródão, nunca mais parei. Ele interessava-se por tudo quanto era artesanato e foi ele que me puxou realmente. Até me dizia para assinar os meus trabalhos e para definir um estilo próprio para que o meu trabalho fosse facilmente reconhecido em exposições. Foram dois mandatos a correr todas as feiras e exposições de artesanato a nível nacional. Chegava a estar oito e 10 dias nessas feiras, sempre apoiada pela Câmara. E mesmo com a D. Maria do Carmo ainda fiz algumas também. Mas a idade já começa a pesar.

Como é que tem sido a evolução do mercado da trapologia? Continuam a haver muitas pessoas interessadas?

Sim. Eu agora já não estou no activo, mas continuo a ser muito procurada. Ainda há pouco tempo recebi convites para participar em feiras na Sobreira Formosa, Figueira da Foz e Nazaré. Não aceitei, já não tenho idade para isso e já não tenho o mesmo apoio.

E há uns anos atrás cheguei a vender colchas para a Madeira e ainda vendi também algumas peças para lojas de Coimbra.

Mas, os tecidos estão muito caros. Embora se aproveitem os restos, para combinar bem as cores, é preciso comprar muita variedade de tecidos. Não é um investimento que fique barato. Por vezes, os clientes dão-me parte dos tecidos, mas se for eu a comprar tudo, uma colcha ronda os 300 euros.

Para fazer uma colcha, hoje, demoro pelo menos dois meses. Dantes eu fazia serões seguidos para dar despacho ao trabalho e fazia uma colcha num mês, mas agora já não consigo. Faço também colchas, tapetes, carpetes, almofadas, pegas e cheguei a fazer bonecas.

Alguém já lhe pediu para ensinar a sua arte?

Eu dei cursos de formação, fui às escolas e tudo... Nas férias escolares, ensinava as crianças. Estive aqui na Primária, estive na Casa do Povo, estive lá em baixo na Sociedade do Tejo, estive no CMCD. Mesmo no curso que dei na Casa do Povo havia um grupo de adultos e um grupo de crianças. E estas últimas interessavam-se muito. Eu ensinava aquelas coisas mais básicas. Claro que não ia pôr as miúdas a fazer colchas. Pelo menos algumas delas devem ter continuado a fazer coisinhas para oferecer. 🌸

Texto: FM

Fotos: ADRACES



“ Todos os homens são feitos do mesmo barro, mas não do mesmo molde” provérbio

Noé Dias nasceu em Alcobaça e nada na sua vida indicava que um dia a localidade das Termas de Monfortinho se pudesse tornar no seu lar. Tinha perto de 10 anos quando se começou a interessar por cerâmica. Aos 13 anos pediu a um padrinho, sócio de uma fábrica de cerâmica em Mendal, das mais antigas lá da zona, para o enquadrar na empresa. Foi a entrada de Noé no ramo das loiças, ganhando 25 tostões por dia.

Mais tarde, depois de alguma experiência profissional adquirida em diversas empresas e numa época de grande expansão da cerâmica, acabou por instalar o seu próprio negócio. “Comecei no curralzinho de uma burra do meu sogro, reparei aquilo, fiz um moinho artesanal, comprei um forno pequeno e comecei a fabricar. Fui subindo pulso a pulso. Chegámos a ter 135 empregados a trabalhar ao mesmo tempo nos sete anos que tivemos a empresa”. Entretanto a concorrência começou a crescer, e o sistema de pagamento por crédito através do banco, que até então tinha vingado na empresa, foi o início do resvalamento para o precipício. Os clientes deixaram de pagar, as dívidas acumularam-se. “Não houve outra hipótese senão fechar a porta, ficámos sem nada. Não foi uma falência premeditada e a única solução foi mesmo começar uma nova vida. Então viemos para aqui, eu, mulher e filhos, e montámos uma empresa pequenina”, relembra.

Mas porquê as Termas de Monfortinho?

Eu já conhecia a aldeia há muitos anos. Havia um senhor de Salvaterra do Extremo que era muito nosso amigo e que me trazia para aqui muita vez. Então resolvemos vir para cá. Já lá vão 14 anos. Montámos a loja e tem-se vendido bem. Este ano é que está fraco, muito mau mesmo. As pessoas não aparecem. É uma crise que vai ser dura de ultrapassar, especialmente para mim que vivo do que vendo. E a loja está todos os dias aberta ao público. Domingos e feriados também, pois nunca se sabe quando o cliente resolve vir.

O mercado da cerâmica é consistente nesta Região?

Sim, por causa da proximidade da fronteira com Espanha. O nosso melhor mercado são mesmo os Espanhóis. O problema é que ultimamente o espanhol está a vir pouco. E os que vêm gastam menos. Já o cliente português não tem poder económico para comprar.

Em que consiste a vossa produção?

Fazemos faianças, fazemos peças de barro na roda (olaria tradicional), peças por medida. Na faiança, nós é que fazemos o desenho e o molde. É tudo feito aqui de forma manual, não mandamos fazer nada fora. Mas, o nosso espaço é muito pequenino. Até já falámos com a Câmara e com a Junta de Turismo para ver se nos dão uma ajuda para ampliar o espaço e melhorar as condições de trabalho. Também temos aqui na loja algumas peças que não são feitas por nós. Correspondem a 10 ou 15 por cento do total de artigos para venda. Aqui, a minha mulher está mais na parte comercial, mas dá-me uma ajuda no barro quando preciso.

As pessoas continuam a dar valor ao artesanato?

Sim, o valor dado é o mesmo. No entanto, esses países da Ásia, China e afins, começaram a colocar produtos no nosso mercado que estão a fazer uma concorrência muito grande aos nossos. Mas a qualidade é muito mais fraca...

Há jovens interessados em cerâmica por aqui?

Não. Há três anos contratei um moço para vir trabalhar comigo. Só me respondeu: “Eu, para aí para dentro todo sujo de barro? Isso não quero!”. Para onde é que ele foi trabalhar? Para a Junta de Freguesia. Além disso, malta nova aqui também já não existe. Mas eu quero trabalhar nisto enquanto tiver forças, se não conseguir fazer 10 peças por dia, faço cinco. Até fico nervoso se não faço uma peça por dia. No Inverno então é uma maravilha, passo lá os meus dias. Às vezes, à meia-noite ainda lá estou, a minha mulher até me pergunta se não quero jantar. Até me esqueço, porque a gente põe um bocado de barro em cima da roda sem saber ainda o que vai nascer dali. Dou o gostinho à minha imaginação e sai sempre uma peça bonita. ☼

Texto: Filipa Minhós

Fotos: ADRACES

O homem dos ADUFES

José Regos Relvas, com 56 anos, natural e residente em Idanha-a-Nova, desde pequeno teve a sua vida ligada à construção dos ofícios tradicionais, nomeadamente, albardas, arreias para os burros, cabrestos para os animais e, como não poderia deixar de ser, o tradicional adufe.

A ligação a este ofício (construção do Adufe) deve-se ao facto de ser uma actividade que vem de família, já o avô fazia o Adufe e a arte foi passando às gerações seguintes. “Quem me ensinou a construir o adufe foi o meu pai; enquanto ele trabalhava o adufe, eu estava atento a todos os pormenores e técnicas que ele aplicava na construção do mesmo”.

Estudou até à 4ª classe em Idanha-a-Nova. Quando terminou a escola, o pai obrigou-o a trabalhar como pastor, mas como não gostava de guardar ovelhas, nem do trabalho do campo, decidiu fugir para Lisboa. Pegou em 300 escudos e sem dizer nada à família meteu-se num comboio rumo à capital. Curiosamente, só ao fim de cinco meses é que escreveu uma carta ao pai a dizer que estava bem e que estava por Lisboa a trabalhar.

O regresso a Idanha-a-Nova aconteceu durante a Revolução do 25 de Abril. “Nessa fase, Lisboa estava uma confusão, por isso, optei por regressar às origens, onde tive a oportunidade de trabalhar nos CTT/TLP (hoje a PT)”. Mas o “bichinho” pela arte da construção do adufe “obrigava-o” nas horas extra (mais tarde, a tempo inteiro) a recorrer a este ofício, pois era uma actividade que não queria deixar perder, uma vez que já vinha de outras gerações na família. No entanto, confessa que está muito desmotivado em continuar a construir adufes, pois afirma que não tem o apoio necessário, nomeadamente no investimento, na divulgação, na promoção e no escoamento do produto. E, atendendo à importância que o adufe tem para o concelho, não vê nas autarquias locais muito interesse na promoção dos verdadeiros artesãos.

Actualmente ainda constrói os adufes de forma tradicional, pois respeita as suas origens e quer mantê-las enquanto conseguir, afirmando que não rende muito dinheiro, mas vai cobrindo as despesas. No entanto, revela que “quem compra são as pessoas de fora do concelho de Idanha, porque hoje quase todos os naturais deste concelho já devem ter um. Além do mais, comprar um adufe nos tempos que se vivem entra no orçamento de uma família, porque os normais que as adufeiras tocam custam 50 euros e os mais pequenos custam 30 euros, por isso estão a ver...”.

José diz que se não houver um incentivo à construção artesanal do adufe, este acaba por desaparecer nestas terras raianas, uma vez que o apoio para quem sabe do ofício não existe. “Já tentei ensinar o ofício a alguns jovens, mas eles acabam por desistir, porque hoje em dia ninguém trabalha sem compensação financeira – essa é uma das razões do afastamento dos jovens desta cultura popular. E eu próprio estou a ponderar mudar de local (região), ou mesmo até deixar de construir o adufe.

Afirma que nas gerações da família os construtores de adufes vão ficar por aqui, pois nenhum dos filhos aprendeu a construí-lo. “Se não dá para o pai, muito menos iria dar para os filhos...” ❁





Maria Alice Gordino



Gracinda Marques



Maria do Rosário Sanches

O Bordado de Castelo Branco: uma cultura desenhada a seda

O mundo do Bordado de Castelo Branco sob duas perspectivas: a visão de quem faz do Bordado a sua única fonte de rendimentos e o entendimento por parte da entidade que mais se tem dedicado ao estudo científico das origens deste artesanato.

O QUE NOS DIZEM TRÊS PROFISSIONAIS PARTICULARES DO BORDADO

Maria Alice Gordino, 48 anos, natural dos Escalos de Cima. Comecei aos 12 anos. Aprendi com uma senhora que, na altura quando fiz a quarta classe, me convidou a mim e a mais duas miúdas. Entretanto, como eu não gostava nada de lá andar, não gostava do sistema de trabalho que lá era usado, saí e fui para a mãe da Rosário (uma das entrevistadas). Aos 16 anos, fui estudar até ao 10º ano, com intenção de tirar o curso de Educadora, mas depois disso ficou pelo meio. Entretanto dediquei-me aos bordados assim quase sem querer e acabei por decidir dedicar a minha vida profissional ao Bordado.

Actualmente, não me importava nada de mudar de profissão. Os meus olhos estão muito cansados, à noite já não consigo trabalhar. Há uns anos atrás trabalhava de dia e de noite, não se pode pensar estar a fazer só oito horas, porque não é rentável.

Tenho vivido sempre exclusivamente do bordado. E sozinha com dois filhos. Já deu para viver muito bem, organizei a minha vida economicamente, mas neste momento o negócio está muito mau.

Gracinda Marques, 52 anos, natural dos Escalos de Cima. Também comecei logo aos 11/12 anos a bordar com uma senhora daqui. Depois, ela abalou para Castelo Branco e eu fiquei a trabalhar com ela, mas responsável aqui nos Escalos. De seguida, casei, fui para França, acabei por ficar viúva lá, voltei, entrei numa fábrica de confecção, o que não gostei nada, e depois comecei a bordar outra vez. Juntei-me a um

grupo de amigas, mas reconheço que o trabalho delas não tinha qualidade nem método. Todavia, estar com elas todos os dias ajudou-me a ultrapassar a minha difícil situação. A partir daí, comecei a trabalhar em minha casa, porque precisava sustentar o meu filho. Para mim, os bordados são excelentes, desde que haja trabalho. Agora não havendo, a pessoa começa a ficar desmotivada. Não se sabe se vai haver trabalho amanhã, não se sabe de onde há-de vir o dinheiro para pagar as contas... É horrível.

Há cada vez menos pessoas a procurar o bordado. No início, tanta gente que nos procurava... Particulares, lojas, apareciam clientes quase todas as semanas. Hoje passam-se dias, semanas, meses e não aparece ninguém.

Maria do Rosário Sanches, 42 anos, natural dos Escalos de Cima. O bordado foi a vida da minha mãe. Ela bordou desde que saiu da escola primária até ser avó. No início, eu não gostava nada do bordado, mas aprendi a fazê-lo. Fiz a quarta classe e depois fiquei em casa, não fui estudar. E lá ia aprendendo. E o mais engraçado é que sou esquerdina. As raparigas mais velhas obrigavam-me a mudar de braço, diziam-me que não era com o braço esquerdo que se trabalhava. É claro que quando as apanhava distraídas mudava logo. Entretanto, abriu uma fábrica de confecção, e eu quis ir ganhar dinheiro. Andei lá dois anos, fartei-me, detestei aquilo. Então, juntei-me outra vez à minha mãe, que sempre lá teve gente em casa a trabalhar, e comecei a tomar gosto pelo bordado.

O meu pai é empreiteiro de obras públicas, fez sociedade com os filhos e precisou de mim para o trabalho de escritório. Portanto, tenho esse trabalho e no tempo livre dedico-me ao bordado.



PEDRO MARTINS

Há muito Bordado de Castelo Branco com falta de qualidade no mercado?

G.M. Sim, por isso, agora se está a falar do certificado. Mas, também não quer dizer que aquele que se vá certificar esteja de acordo com aquilo que eu digo e com aquilo que eu faço.

A.G. Nós podemos ver um bordado muito bem feito, mas se o desenho não tiver arte, aquele trabalho não chama a atenção. E depois também há desenhos com muita arte, mas muito mal bordados.

G.M. Há pessoas que utilizam o cravo como desenho e depois preenchem aquilo com ponto de cadeia e vendem por bordado de Castelo Branco. Vendem na mesma, porque as pessoas que não conhecem associam imediatamente o cravo ao Bordado de Castelo Branco.

R.S. Mas isso é sempre assim. Já nos disseram que não tenho direitos de autor sobre os desenhos e sobre o bordado... E há muita gente enganada a comprar bordado, mesmo aquele feito à mão. Há quadros com molduras espectaculares, mas trabalhos com uma enorme falta de qualidade. Essas pessoas deviam ter uma formação para se aperfeiçoarem no trabalho e nas cores.

G.M. Mas é normal fazer trabalhos com cores que a nós nos desagradem. Outras pessoas vão achar as cores ótimas e vão gostar do trabalho. Se vierem a minha casa e me mandarem fazer desta e daquela cor, eu faço, mesmo que não me agrade a combinação, não é? Infelizmente, quem paga, manda.

Em que situação está a continuidade desta arte?

G.M. Se as pessoas vissem que isto dá dinheiro e que não conseguem encontrar trabalho noutro lado, acho que poderiam vir a interessar-se tanto ou mais do que o que nos interessámos. É preciso é pagarem-lhes. Na altura,

nós optámos pelo bordado, porque o bordado dava mais dinheiro do que a costura.

R.S. O bordado vai ser sempre feito como foi desde o início. Sempre com agulha, dedal, linho e seda. Essas novas tecnologias até podem atrair gente nova para o desenho, mas para executar o bordado não sei se alguém se interessará.

A.G. Os cursos de formação deitaram o Bordado de Castelo Branco de rastos. As pessoas aprendem a dar ali uns pontitos e pensam que já sabem bordar Castelo Branco. Eu própria dei cursos e sou contra.

O que se fez com estes cursos foi passar a arte por passar, não fica registo nenhum do Bordado de Castelo Branco. Muitas vezes, quem está a ensinar são pessoas que já aprenderam nestes cursos. E como sabem fazer uns pontinhos acham que já estão aptas para ensinar outras pessoas. Quanto aos Cursos no Museu, acho que se deviam fazer até mais. Ali sim, as pessoas andam um ano inteiro a aprender a bordar como deve ser.

NA SENDA DAS RAÍZES HISTÓRICAS DO BORDADO

Aida Rechena, directora do Museu de Francisco de Tavares Proença Júnior

O que diferencia uma bordadora que trabalha na Oficina-Escola do Museu de todas as outras?

Serão tão boas bordadoras as profissionais que estão no Museu como as que lá estão fora. Até porque muitas aprenderam e trabalharam aqui na Escola-Oficina de Bordados do Museu. Tecnicamente, todas sabem executar o bordado com um alto nível de qualidade. Por que motivo é que temos considerado o bordado que é feito na Oficina-Escola como sendo o mais autêntico e genuíno?

Primeiro, porque as nossas bordadoras não estão condicionadas pelo mercado. Elas produzem aquilo que entendem que devem produzir, inspiradas pelos bordados antigos. Não há a condicionante da imposição do consumidor, que pode fazer encomendas que fujam um pouco àquilo que deve ser o bom Bordado de Castelo Branco. E as senhoras que sobrevivem da venda do Bordado têm que se sujeitar a esse tipo de encomendas. Na Oficina-Escola também não estamos sujeitos às condicionantes de matérias-primas, nem de poupança de matérias-primas, nem sequer às condicionantes de tempo. Elas têm todo o tempo que entenderem para fazer determinado trabalho. Se têm todas estas vantagens, o trabalho final só pode ser de melhor qualidade.

As bordadoras do Museu têm ainda a vantagem de se poderem inspirar nos desenhos das colchas antigas da colecção do Museu, daquelas que nós sabemos que são genuíno Bordado de Castelo Branco do século XVIII e XIX. É evidente que, com o ressurgimento do Bordado de Castelo Branco no século XX, houve algumas adaptações e introdução de novos elementos. O desenho que hoje utilizamos em Colchas de Bordado de Castelo Branco pode já não corresponder ao desenho original das colchas de Castelo Branco clássicas. E ainda bem, pois não teria grande valor. Contudo, há nalguns desenhos actuais um desvio tão grande daquela matriz histórica clássica, que agora é melhor recuar um bocadinho e voltar a trabalhar sobre ela.



PEDRO MARTINS

Fazem-se investigações e estudos para apurar a originalidade do Bordado?

Essa investigação está agora a ser feita e está fundamentada em livros. O projecto Ex-Libris que está a ser desenvolvido pela parceria ADRACES/Museu/Instituto Politécnico/Câmara Municipal, e que visa a requalificação e a valorização do Bordado de Castelo Branco, apostou na realização de uma séria investigação, com um fundamento científico. Oito investigadores foram contactados para fazerem investigação (que nunca tinha sido feita a este nível de profundidade) sobre o Bordado de Castelo Branco, em várias áreas. E isso trouxe-nos grandes revelações, que a seu tempo serão divulgadas. A grande vantagem será destrinçar o que é autêntico e genuíno daquilo que não é. Isso vai-nos permitir fazer a certificação do bordado. Ou seja, dizer que este produto corresponde a certas características técnicas e a um resultado de uma evolução histórica que já se investigou. Portanto, aquele selo de garantia vai dizer ao consumidor que está a comprar um bordado que é herdeiro de toda uma história que se tem vindo a desvendar sobre o Bordado de Castelo Branco.

Quando essa certificação estiver implementada, que poderá acontecer a todas as profissionais do Bordado?

Eu acho que o trabalho delas sairá valorizado. E penso que elas serão salvaguardadas e protegidas, uma vez que terão instrumentos de trabalho, nomeadamente o caderno de especificações do Bordado, que dizem ao consumidor o que é e não é genuíno no Bordado de Castelo Branco.

Outra das componentes que está prevista assenta nos referenciais de formação para os artesãos.

Qual poderá ser o futuro do Bordado de Castelo Branco?

Parece-me que o Bordado de Castelo Branco já está salvaguardado. Aquilo que nós agora precisamos, e este projecto Ex-Libris tem essa finalidade, é, sem limitar a criatividade e a inovação, orientar para a qualidade e para o produto genuíno.

O Bordado não está em perigo. No entanto, não nos podemos afastar tanto daquilo que era o bordado original sob pena de depois não o reconhecermos. Essas duas vertentes têm de co-existir. Por um lado, avançar com o bordado clássico/histórico, porque radica nas colchas antigas, por outro, avançar com a vertente da inovação e aí estamos abertos à colaboração sobretudo com artistas plásticos e designers para nos fazerem propostas de novos desenhos e de novas cores.

Penso que haverá mercado, mesmo a nível internacional, para o Bordado de Castelo Branco. Temos muito potencial no mercado europeu e no mercado norte-americano. O Oriente seria um mercado também a explorar e, eventualmente, os países árabes.

No entanto, estamos a falar de mercado de grande escala. Mas, para isso, temos de alcançar ainda uma capacidade produtiva também a grande escala.

E como está o mercado a nível nacional?

A nível nacional, o bordado de Castelo Branco agita muita gente. Basta ver que, quando aparece uma colcha antiga num leilão, ela nunca fica por licitar. Ainda há procura para o Bordado de Castelo Branco clássico. Para o Bordado contemporâneo, curiosamente ele é mais caro do que uma colcha clássica, porque o custo de mão-de-obra e o custo das matérias-primas aumentaram significativamente. Hoje, temos a intuição, porque ainda não é um facto comprovado, que as pessoas compram mais painéis e menos colchas, porque são de menor dimensão e de preço mais acessível.

Pessoalmente, acho que o trabalho de pequena dimensão desvaloriza o Bordado de Castelo Branco, porque não mostra o efeito global que atinge numa colcha. Penso que, em processo de certificação, iremos tentar canalizar a produção do pequeno formato para os fragmentos de colchas clássicas. Ou seja, faz-se uma réplica completamente preenchida de uma parte de uma colcha do tamanho que se desejar.

Os jovens estão canalizados para este trabalho? E valorizam o bordado?

O projecto Ex-Libris também não se esqueceu dos jovens. Está em fase de conclusão um software associado ao desenho do bordado de Castelo Branco, que nós pensamos que possa vir a ser uma porta de entrada dos jovens para este trabalho. Pelo menos, associam um trabalho tradicional às novas tecnologias. Pensamos que isso irá motivá-los ainda mais. Quem sabe se depois não possam surgir inclusivamente empresas que se dediquem ao desenho na área da inovação, por exemplo, utilizando todos estes recursos. ☘

Dilipcumar Dulobdas, José Paulo Sequeira, Luís Manso, José Monteiro e a GLOBAL GREEN (E.U.) S.A.



Eles prometem-nos...

Texto e fotos: Camilo Mortágua

Um grande projecto, com óptimos objectivos económicos, sociais e ambientais

- a) Um projecto “Âncora” capaz de contribuir para a instalação de outros projectos e actividades.
- b) Um projecto gerador de mais emprego permanente do que aquele que oferecia a cultura do tabaco.
- c) Um Projecto promotor de ensino e experimentação de novas tecnologias e enriquecedor das competências e saberes dos trabalhadores locais.
- d) Um projecto que garantirá a compra da produção de cana sacarina e ou sorgo a todos os agricultores de Castelo Branco, Idanha, Vila Velha de Ródão, Penamacor e Fundão, pagando, no mínimo, 0.40 cêntimos de euro por cada litro de álcool-Etanol extraído, garantindo o fornecimento do material de plantação e a assistência técnica à produção.
- e) Um projecto que construirá e equipará na Idanha a fábrica transformadora da cana e do sorgo em etanol, criando aí 220 empregos, com tendência a aumentar com o desenvolvimento de outras produções, tais como: energia elétrica, bio-gás, derivados diversos de bio-massa para a indústria, (CO2) gás carbónico, fertilizantes para a agricultura, etc.
- f) A instalação, igualmente na Idanha, de um centro tecnológico, de investigação e desenvolvimento, dotado de equipamentos e investigadores científicos capazes de assegurar toda a formação e investigação tecnológica necessária ao constante desenvolvimento do Projecto.
- g) Um Projecto capaz de garantir as práticas culturais necessárias à correcta conservação dos solos e à diversidade cultural, de forma a não transformar as zonas irrigadas da BIS e da Cova da Beira numa sub-região dependente duma única cultura, fragilizante da bio-diversidade ambiental e da diversificação da base económica das Comunidades Locais.
- h) Um Projecto que não perseguirá apenas objectivos legítimos de lucro económico e financeiro, assumindo com clareza e transparência a importância da manutenção de intensas relações de ordem cautelar com as comunidades de proximidade, em relação às questões ambientais e sociais, exercendo esta prática como factor dominante da sua estratégia de gestão.



QUEM É QUEM NO PROJECTO

O Senhor Dilipumar é a pessoa que se apresenta como “alma” do Projecto. Engenheiro agrónomo, natural de Diu com largos anos de residência e actividade profissional no Malawi, desde há mais de 20 anos instalado no Ladoeiro com uma importante exploração produtora de tabaco e milho, é ele o responsável pela surpreendente descoberta da adaptabilidade de uma certa variedade de cana de açúcar às nossas condições climáticas, e o intermediário na captação do interesse da multinacional **Global Green (EU) S.A.** em investir neste projecto.

Actualmente, é o Director executivo da **Global Green (EU) S.A.**, empresa especificamente criada para a implantação e gestão deste projecto, de capitais mistos nacionais e internacionais, radicada em Idanha-a-Nova, na Rua Luis de Camões, Apt. 50; Telef. 277202763, fax. 277427105, mail@globalgreen.eu, www.globalgreen.eu. A seu lado, respondem pelas experiências feitas e pelos cálculos prospectivos da viabilidade do projecto, convictamente e com grande entusiasmo, o Professor e investigador da Escola Superior Agrária de Castelo Branco, o Engenheiro Agrónomo Senhor José Sarreira Monteiro e o Eng. Técnico Agrário Senhor Luis José Manso, primeiros técnicos contratados pela Global Green para a fase de planificação e instalação do Projecto.

A ORIGEM DA INOVAÇÃO

Segundo nos conta o Senhor Dilip, tudo começou com a visita de sua Mãe para passar um Natal com a família. Uma das “prendas” oferecidas pela Senhora foi umas plantinhas de cana de açúcar trazidas do Malawi (na família do Senhor Dilip e entre as famílias das mesmas origens, as “canas sacarinas” costumam fazer parte dos rituais tradicionais das celebrações de Natal).

Uma das plantinhas oferecidas foi plantada pelo Senhor Dilip num canteiro ao lado da porta de entrada de sua casa, num local mais abrigado, mas sem grande esperan-

ça de que resistisse aos rigores do Inverno. De tempos a tempos, observava a planta. O primeiro Inverno passou e a planta resistiu forte e viçosa!

Surpreendido, aquela planta tornou-se objecto das atenções constantes do Senhor Dilip durante os anos seguintes, até que, convencido, resolveu transplantar alguns exemplares para campo aberto a fim de verificar a possibilidade da sua eventual disseminação e exploração em larga escala.

Após largos anos de experimentação e verificação de resultados, começou a sua luta pela divulgação daquilo que lhe parece ser uma grande oportunidade de inovar e criar riqueza num conjunto de concelhos, em volta da Idanha, e da sua própria propriedade. Homem de larga experiência e acutilante visão empresarial, partiu à procura de quem compreendesse as razões do seu optimismo e se dispusesse a co-financiar os investimentos necessários. Encontrou os seus parceiros na **GLOBAL Green** e prepara-se agora para concretizar os seus objectivos.

ONDE RESIDE A INOVAÇÃO E O PIONEIRISMO?

A inovação consiste em utilizar na Europa continental, como fonte bio-energética, uma planta que supostamente só se poderia cultivar, com rentabilidade adequada, em climas de influência tropical e sub-tropical, genericamente quentes e húmidos.

Pode considerar-se igualmente inovação e pioneirismo todo o processo de sensibilização dos diferentes actores nacionais e internacionais que concorrem para a existência dum projecto de dimensão internacional, a instalar-se num território relativamente periférico dos grandes centros de decisão política e financeira, socialmente deprimido e extremamente frágil em termos de perspectivas endógenas de desenvolvimento a curto prazo.

É igualmente uma inovação oportuna e, de certa maneira, “encomendada”. “Encomendada” pelas tendências gerais do sector mundial dos combustíveis e das políticas energéticas quer da U.E., quer Nacionais.

Para além destes “incitamentos” de carácter global, há que considerar igualmente a oportunidade face à situação criada pelo anunciado fim do ciclo do tabaco com os seus nefastos efeitos no emprego e na economia local.

OS NÚMEROS DAS PROMESSAS

1. Às dúvidas sobre a existência de áreas suficientes para produzir a matéria-prima necessária à implantação e funcionamento de uma unidade fabril de produção de etanol, respondem-nos que:
 - a) dos 8.194 hectares do perímetro de rega da Idanha, já existem 4.500 equipados com estruturas permanentes.
 - b) a Cova da Beira tem preparados, para 2008, 7.000 hectares, com o objectivo de atingir 14.000 em 2009.
 - c) em Vila Velha de Ródão, em volta da futura barragem do Açafal existem 400 hectares.
 - d) os regadios de particulares das freguesias de Monforte, Castelo Branco, Alcafozes e Toulões somam cerca de 400 hectares.Que se trata apenas duma necessidade de 8.000 hectares, num Universo potencial de 20.000 aproximadamente!
2. Dado o longo período de colheita da cana, de Outubro a Fevereiro, e o desfazamento em relação à recolha do sorgo, prevê-se que a fábrica esteja em laboração permanente ao longo do ano, o que significará também a correspondente melhoria da duração e estabilidade do emprego.
 - Cada hectare de cana produzirá, em média, 128 toneladas de material a transformar, o cálculo para o sorgo fica-se pelas 109 toneladas.
 - De cada tonelada de cana extraem-se 80 litros de etanol.
 - De cada tonelada de sorgo resultam apenas 70 litros.
 - Por cada litro de etanol a Global Green pagará, no mínimo, 0.40 cêntimos de euro.



Assim, se um hectare produzir um mínimo de 125 toneladas de cana e forem extraídos 80 litros por tonelada, conclui-se que o rendimento bruto por hectare rondaria os 4.000 euros. Nós estamos dizendo “SE”, mas os responsáveis pelo projecto asseguraram-nos que estes números são fiáveis e realistas, com tendência a aumentar.

O cálculo sobre os custos médios de produção estão feitos e aguardam, para a sua fixação final, as directivas nacionais sobre as normas fiscais para o sector, porém os mesmos responsáveis afirmam que eles poderão vir a ser ligeiramente inferiores aos das culturas actuais (milho e tabaco).

AS VANTAGENS DA MATÉRIA PRIMA “CANHA-AÇÚCAR” PARA BIO-ETANOL, EM RELAÇÃO AO “MILHO-AMIDO”

Segundo os responsáveis pelo projecto, a tendência da conjuntura internacional de preços é para o aumento constante do preço mundial do milho. O milho, dadas as suas múltiplas utilizações, em especial as destinadas à alimentação humana e animal, é um produto sob grande pressão de procura. A sua utilização como matéria prima energética começa a ser vivamente contestada, pelos efeitos que o aumento do seu preço tem na alimentação das populações pobres de África, América Latina e Sudoeste Asiático.

Em contrapartida, o açúcar é um produto que tem vindo proporcional e globalmente a decair em consumo e preço (até pelas mudanças operadas nas dietas dos países industrializados), face às grandes massas de excedentes, que têm gerado graves problemas às economias dos grandes produtores tradicionais.

PARA QUANDO OS RESULTADOS

A promessa consiste em ter a fábrica em laboração um ano depois de lhes ser concedida a licença de fabrico. Técnicos e investidores estão confiantes que essa consessão e a respectiva definição da taxação fiscal do etanol aconteça durante o último trimestre deste ano. Se assim for (apela-se para a sensibilidade dos decisores em relação à crise instalada nos territórios em questão), teremos os primeiros resultados durante o próximo ano. Assim seja. ☼



“A CANA É COMO A VÍBORA”

Esta surpreendente afirmação, ouvimo-la do Senhor Manuel Bernardo Pires Conceição, encarregado e homem de confiança do Senhor Dilip, há muitos anos.

Face à nossa perplexidade, o senhor Manuel esclareceu: – é preciso saber tocar-lhe! Tratá-la com muito jeito, sabendo... é uma coisa muito boa!

O açúcar que tem dentro, tanto pode ser remédio como veneno! Dá pra fazer muitas coisas. Até “Caipirinha”.

Bento de Jesus Caraça, alentejano de origem, matemático do mundo, disse um dia, numa das suas mais célebres Conferências, que o Homem Culto é Aquele que:

- 1º) *Tem consciência da sua posição no cosmos e, em particular, na sociedade a que pertence;*
- 2º) *Tem consciência da sua personalidade e da dignidade que é inerente à existência como ser humano;*
- 3º) *Faz do aperfeiçoamento do seu ser interior a preocupação máxima e o fim último da vida.*

... e disse mais... disse que a aquisição da cultura significa “*numa palavra, a conquista da liberdade*”.

ção, eventos culturais, bibliotecas, cinemas, exemplos arquitectónicos, acesso à informação... para o efeito é fundamental que se fixem as populações – designadamente, jovens e imigrantes – e que se apoie a iniciativa privada ligada às pequenas e médias empresas, capaz de assumir os riscos de inovação inerentes a este tipo de actividades.

Um investimento num Centro de Interpretação da Arte Rupestre no Tejo é um projecto que pode efectivamente, se para tal estiverem criadas as condições envolventes, tornar-se um ponto de encontro internacional de estudiosos e interessados... mas, para não sucumbir à necessária burocracia inerente à sua criação, é urgente que a região seja pensada de forma a absorver as mais-

Ana Paula Fitas

*Doutora em Ciências Sociais - Estudos Portugueses
- Cultura Portuguesa do Século XX*

Cultura e Desenvolvimento



Cultura e Liberdade constituem o binómio em que assenta o próprio desenvolvimento sustentável... porque com sabedoria, as pessoas e as sociedades podem ser vividas com mais liberdade e, conseqüentemente, com mais segurança... o conceito de cultura é vasto e diverso... não há, aliás, seres humanos sem cultura... mas a questão é uma questão de escala, de intensidade, de prática...

Neste sentido, é importante a vida das cidades, das vilas e das aldeias como meio adequado ao florescimento da cultura, individual e de grupo... É nesta dimensão da vida social que o Património se valoriza e revitaliza, constituindo-se como potencial fonte de riqueza regional... E entendemos Património como o conjunto de existências materiais e imateriais que acumulam História, transmitem conhecimento e enriquecem o futuro... nenhum imóvel ou acto cultural vale por si... e esta é uma realidade de que devemos ter consciência... O património é um conjunto de vivências culturais, simultâneas e diversas, capazes de articular a tradição e a mudança... ocorre-me dizê-lo por saber que, em breve, ser criado o Centro de Interpretação de Arte Rupestre do Tejo, iniciativa que merece a melhor das complicitades e simpatias... porém, como em outros locais do país, estas iniciativas isoladas acabam por não corresponder às expectativas da população local que nelas projectam uma atracção turística que raramente se verifica em tempo sustentável.

Na verdade, o turismo é uma lenda do desenvolvimento português que, face ao colapso da agricultura de que, há 30 anos, vivia o país e à inexistência de infra-estruturas industriais e comerciais, se ergueu como uma bandeira para o futuro... um futuro que tarda em chegar... como tarda a definição de um programa de combate à desertificação humana, capaz de criar as condições económicas, sociais e culturais que tornam viável e rentável a actividade turística...

Na verdade, para que a cultura sirva de justificação e atracção turística, qualquer incentivo ou projecto de intervenção deve estar consciente de que o seu sucesso reside numa capacidade de dinamização que integre, de forma complementar, serviços de restaura-

valias que tal espaço pode oferecer e que, simultaneamente, se torne atractiva por razões outras que não, apenas, os público-específicos de colóquios e seminários internacionais que são, essencialmente, uma população flutuante que chega e parte sem custos ou investimentos...

Portugal tem um património arqueológico ao nível da arte rupestre de significado mundial... de Foz Côa ao Alqueva e a Vila do Bispo, passando pelo Tejo... pela faixa interior do nosso país, passa a marca da História da Humanidade... uma História fundamental para a compreensão do Mediterrâneo e das suas ligações quer à Europa, quer ao Magrebe e ao Médio Oriente... até hoje, assistimos ao entusiasmo nacional resultante das suas progressivas descobertas e depois... depois, abandonam-se os projectos ou, simplesmente, “*deixam-se cair*”, numa espécie de “*morrer na praia*” a que parecemos habituados desde os tempos do “*ouro do Brasil*”... esperemos que, desta vez, a Beira e a Raia, contrariem o costume e construam, com o espaço da cultura, uma via efectiva para o desenvolvimento do seu território... para isso, basta pensar... de forma realista, estratégica, inteligente e integrada... para que o sonho se torne uma realidade capaz de devolver a esperança às populações. ✿



Aida Recheda

Monsantina

Mestre em Museologia

Directora do Museu de Francisco Tavares Proença Júnior

As Marafonas de Monsanto



ADRADES

As marafonas são um dos mais representativos símbolos de Monsanto, juntamente com o adufe e o Galo de Prata. Bonecas de trapos tradicionalmente vestidas de arraianas são ritualmente utilizadas pelas monsanquinas no dia 3 de Maio quando se sobe “lá acima ao castelo” para comemorar vitórias antigas sobre inimigos indesejados.

A marafona acompanha nesse dia os adufes e o pote enfeitado de flores que simboliza o bezerro atirado sem misericórdia das muralhas abaixo, e que, ao rebentar nas rochas, espalhando o trigo que trazia no bucho, ilusão da riqueza e da possibilidade de uma longa resistência, livrou os nossos antepassados do temível e mortífero cerco.

Dizem os especialistas que a marafona é também uma deusa, da Fertilidade ou Deusa Maia que abençoa os campos, os animais e os seres humanos. É também invocada em dias de trovoadas em que se solicita a sua intervenção para protecção contra os raios. Para os monsanquinos de hoje a marafona representa aquilo que sempre representou e tal como antigamente todos temos uma em casa. Mas adquiriu novos significados para os inúmeros visitantes que passam por Monsanto todos os anos.

Hoje ela é também uma recordação, um souvenir (já agora: um recuerdo) comprado nas lojas vocacionadas para o turismo.

Produzida em série, em tamanhos para todas as bolsas, com roupas de fácil “confeção”, a marafona tem vindo a ser des-sacralizada pela reprodução até à exaustão. Para o turista, o único significado associado à marafona acabada de comprar é o das recordações daquele dia de passeio.

Silvio Marconi¹ antropólogo e especialista em cooperação e desenvolvimento alerta-nos para alguns perigos que advêm para o património, relacionados com o turismo. O principal e mais perturbador é quando o turismo passa a ocupar o centro das atenções da comunidade e aquilo que essa comunidade produzia para o seu próprio consumo identitário, num contexto cultural próprio, vai ser duplicado para os turistas. As artes e o artesanato tornam-se souvenirs e quando isso acontece a sua função primária desaparece.

Assim, a marafona que assumia para os nossos antepassados um determinado significado ritual e sagrado, torna-se para o turista uma simples boneca de pano. E, como se não bastasse, desprovida de rosto!

Estamos como é óbvio perante um dilema: ou as comunidades continuam a partilhar o seu património local com os forasteiros, garantindo dessa forma a sua sobrevivência económica, ou fecham-se em si próprios e “escondem” dos olhos dos outros aquilo que as caracteriza cultural e patrimonialmente.

Seja qual for a opção, perdemos sempre.

Ou perdemos a nossa identidade cultural ao partilhá-la duma forma teatralizada com quem não a entende por não a ter vivenciado, ou perdemos um grande recurso económico que pode, inclusive, garantir a subsistência e a sobrevivência da comunidade.

Neste Mundo global será muito difícil recuar. As marafonas poderão não desaparecer, mas acabarão por perder o seu significado simbólico, que um futuro Museu da Marafona tentará recuperar e preservar para as gerações vindouras, num ambiente museograficamente controlado. ☘

¹ In: www.epa-prema.net (2007). Lettre de l'EPA (École du Patrimoine Africain), n.º 17.

Os recursos do território são a marca da especificidade das regiões. No actual quadro de globalização e de massificação do consumo, existe, paradoxalmente, uma procura crescente para o que as regiões têm de peculiar, especial e intransferível.

Nessa perspectiva, uma das vias de criação de emprego mais promissoras que se abre aos espaços rurais assenta nos chamados recursos do território. Com o desabar do modelo rural baseado na actividade agrícola, há que saber aproveitar e valorizar projectos empresariais que entronquem na valorização e exploração do património natural e cultural local.

Este é um grande desafio para o mundo rural: organizar-se como território activo, ser capaz de ir (re)criando recursos específicos e intransferíveis, mediante um perfil de inovação em que os produtos e as técnicas, gradativamente diferenciados e melhorados, assentem na paisagem, na cultura e no saber-fazer historicamente constituído à escala local. É fazer da especificidade local o critério fundamental de qualidade e de afirmação competitiva, associando os produtos ao prestígio de um determinado território ou de um espaço natural.

mais crítico em termos de desenvolvimento local, renovar o olhar sobre o papel dos parques e das reservas naturais.

É imperativo que estes instrumentos de conservação da natureza e de ordenamento do território se possam definitivamente afirmar, também, como meios privilegiados de educação ambiental e veículos de criação de emprego, ligado ao turismo de natureza, ao artesanato e aos produtos agro-alimentares tradicionais. Aliás, isto entronca na absoluta necessidade de abandonar definitivamente o paradigma das salvaguardas ambientais e da preservação da biodiversidade, evoluindo, decisivamente, para uma abordagem baseada no conceito de desenvolvimento integrado e sustentável, associando, de uma vez por todas, a eficiência ecológica da conservação à eficiência económica da exploração. No fundo, trata-se de gerir o património para o valorizar e transmitir, permitindo que se abram mais oportunidades de apropriação pedagógica, social e económica desses bens. Isso implica, por exemplo, criar mais pontes efectivas com o sistema escolar, fazendo com que todas as nossas crianças e jovens possam, no âmbito dos seus percursos educativos, conhecer aprofundadamente esses

Domingos Santos

Docente do Instituto Politécnico de Castelo Branco



ANA ALVIM

Desenvolvimento local e património

Domínios importantes a explorar nestes territórios são as chamadas novas jazidas de emprego que poderão a vir a ter uma importância decisiva no desenvolvimento, como, a título meramente exemplificativo, os empregos culturais, o turismo rural e de natureza, os serviços pessoais, etc. Cremos que o ambiente, os recursos naturais, o património e a paisagem constituem recursos do território que interessa valorizar numa tripla perspectiva: de salvaguarda do património natural, de preservação de factores identitários regionais e de mobilização de elementos em que se podem apoiar novas actividades geradoras de emprego e riqueza. Trata-se, no fundo, de proceder a uma releitura da noção de património, acrescentar-lhe valor e colocá-lo ao serviço de uma estratégia de desenvolvimento local.

Uma das vias que precisa de ser mais trabalhada, ultrapassando as redutoras visões sectoriais, é a da articulação entre as políticas de conservação da natureza e o desenvolvimento local. Existe, a meu ver, toda a vantagem em aproximar as políticas de ambiente e de conservação da natureza das políticas de desenvolvimento rural, de educação, de emprego e formação e de turismo.

A este propósito, é necessário o desenvolvimento normativo sobre o aproveitamento das Áreas Protegidas, para que o benefício sócio-educativo e económico do seu potencial e dos seus recursos possa ser devidamente apropriado pelas comunidades locais. Neste particular, é fundamental, por um lado, evitar a deterioração orçamental do Instituto de Conservação da Natureza, que se traduz no agravamento de debilidades de que enferma a preservação do património biológico, mas, por outro lado, e este é o aspecto que me parece

espaços protegidos, a sua fauna e flora, a sua geologia, a sua história. Parece-me que esta é, desde logo, a melhor forma de garantir a transmissão inter-geracional desses valores – e, depois, como se sabe, só se valoriza e defende aquilo que se conhece!

Há que refutar liminarmente uma ideia que parece vir sedimentando, que consiste em considerar os territórios periféricos de baixa densidade como territórios marginais a cargo do País. Ao invés, parece-me fundamental partir de outros pressupostos e na necessidade de erigir uma nova visão destes espaços como territórios de oportunidades que assentam as suas estratégias de desenvolvimento na correcta exploração de vantagens comparativas.

O reforço da prosperidade económica e do emprego nas zonas periféricas de baixa densidade implica, designadamente, uma economia local mais diversificada e flexível, que alie o potencial associado à pequena e média empresarialidade fabril, os serviços, as indústrias culturais, o lazer e o turismo. Em especial, é preciso adaptar as diferentes políticas sectoriais e estimular a pequena e média capacidade empresarial de modo a assegurar a criação de novos empregos através da incorporação de diferentes formatos da tradição e do património natural nos circuitos económicos.

É necessário identificar e caracterizar as características de desenvolvimento baseadas na identidade dos diferentes espaços, na sua história, nos seus recursos materiais e imateriais. É neste sentido que os processos endógenos de desenvolvimento podem adquirir especial significado e coerência, permitindo que as economias locais e regionais cresçam com base no potencial de desenvolvimento existente nesses territórios. ❁

*Ao sabor do tempo:
“Conversas da véspera”...
Como a “roupa velha”*

Ao acaso da vida, e do tempo, quando nos apetecer e as pessoas tiverem “pachorra” para tal, à tardinha ou já pela noite dentro, nas horas da matutação na “vida mafarrica”... fazemo-nos de convidados, reunimos alguns vizinhos, e “abancamos em qualquer lugar” onde se possa saborear o prazer de fazer, comer e dizer uma gostosa roupa velha, elaborada com os restinhos da véspera e “adubada” com azeitinho do nosso, para escorregar melhor, e uns dentinhos de alho forte para puxar ao tinto e dar alguma graça ao palavreado. Assim serão as “conversas da véspera” que passaremos a incluir na vida da “VIVER”.



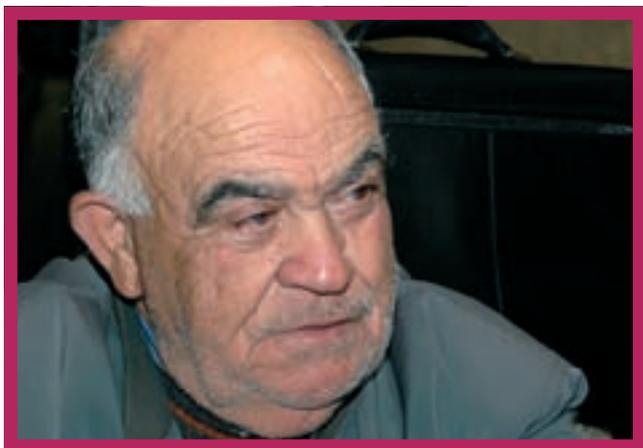
ADRACES

A piar... a piar ... com que amor!

**Quatro “passarinhos”...
Nos contaram histórias do seu
Ninho, que já não é do Açor**

Quatro “jovens agricultores”, com 293 anos de vidas de diferentes viveres, juntaram-se a nós, numa noite destas, num velho lagar de azeite desactivado da Aldeia do Ninho do Açor... e, sem “câmaras nem luzes”, tão só na intimidade das nossas cumplicidades, deixaram-nos ouvir a riquíssima conversa (roupa velha?) de sabores e saberes locais, que aqui vos deixamos. Bom proveito!

OS PERSONAGENS, APRESENTAM-SE:



Manuel Maria Jorge Miguel, 70 anos, natural de Tinalhas, residente no Ninho do Açor. Vim p'ra cá atrás da mulher. Continuo a trabalhar a terra, mas há dias de azar como o de hoje. Andava a deitar o herbicida e ele fazia uma papa no bico e entupia muito, de cinco em cinco minutos tinha que desentupir aquilo! Como o aparelho anda rebocado pelo tractor, eu descia, subia, descia, subia, p'ra cima e p'ra baixo sem parar... fiz ginástica demais hoje!

Tenho dois filhos que estão bem lá por Lisboa. Eu mais a velha por cá continuamos. Ela ajuda-me pois então. A terra é que nos traz de pé, se não fosse ela já tínhamos morrido.



Manuel Joaquim Pedro, 76 anos à beira dos 77. Nesta altura se não fosse a terra, nós já não nos aguentávamos. Com franqueza, quando de manhã acordo meio atordoado, levanto-me, pego no tractor e fico logo que é uma maravilha. Os outros velhos que andam sentados pelos bancos dos jardins, deixá-los estar, eu cá prefiro trabalhar. Há sete anos que estou viúvo, primeiro custou-me a habituar, agora já se leva a vida. Estou sozinho em casa mas vou comer ao centro de dia, as mulheres também me fazem a cama de lavado todos os oito dias e lavam-me todas as semanas. Aqui não há lar, só centro de dia, não dá para lá ficar a dormir, mas ainda que desse, eu gosto muito de ir dormir a casa para saber o que se passa. Quando tiver o azar de ir e não voltar, mal da sorte. Tenho um filho por cá e uma filha em Lisboa.



Joaquim Diogo Pedro, 77 anos, 78 qualquer dia... hei-de fazê-los se Deus quiser. A minha avó chegou aos 100, eu quero ver se lá chego também. Natural do Ninho do Açor. Tenho ouvido dizer que o nome do Ninho do Açor nasceu do Açor que é um pássaro que fez cá ninho. Mas por aqui já não se vêem pássaros desses.

Tive dois filhos mas agora só tenho um, tinha uma rapaz e uma rapariga mas a rapariga faleceu. Mas agora já tenho quatro, é ele a mulher e dois netos. Conto-os como filhos a todos, à minha nora também a conto como filha. Estão em França mas vêm cá de vez em quando, ainda agora cá estiveram pelo Carnaval. A batata não dá nada para vender, mas nós semeamos p'ra comer. Se formos todos a comprar, então quem é que semeia?



Manuel da Costa Martinho Vaz, 70 anos. Sou técnico agrário. Desenvolvi toda a minha vida na agricultura, neste momento estou aposentado da função pública e entretenho-me fazendo um pouco de agricultura aqui no Ninho do Açor. Estive 17 anos em Moçambique e o resto na campina da Idanha até à altura de me aposentar. Aposentei-me com 57 anos.

Estou cá a viver com a minha mulher, temos dois filhos e uma filha que estão a viver fora.

E cá vamos vivendo. Vou tentando manter-me sempre actualizado dos problemas agrícolas, conheço muito bem a Idanha, os agricultores todos e a vida deles, vivi lá 18 anos, motivei muitos para avançarem para certos objectivos. Tive o trajecto profissional que queria ter, hoje estou na fase final, mas satisfeito.



VIVER: Em representação da VIVER, participaram nesta conversa: Filipa Minhós, Marta Alves (responsável pelo pólo local da ADRACES) e Camilo Mortágua.

Começando pelo último, como é que o Senhor Manuel Vaz foi parar a Moçambique?

Fui para lá nos anos 58/59 através da Hidrotécnica para participar da instalação de um novo povoamento na actual Província de Manica (capital Chimoio). Tinha 24 anos e uma missão muito difícil, até chorei porque não dava nada com aquilo de fazer cartografia de solos. Deram-me fotografias, um aparelho e uns mapas muito grandes, e tinha de ir marcar terrenos com outros homens, mas eu não sabia fazer a leitura daquilo.

Cheguei a querer vir embora. O que me valeu foram os colegas que se dispuseram a ensinar-me, a partir daí tudo funcionou.

Tudo se aprende quando se quer e a necessidade aperta...

É evidente que sim. Foi uma boa disciplina e um bom princípio da minha vida. Estive oito anos em Vila Peri (actual Chimoio) e depois fui para Vila Cabral (actual Lichinga). Em Vila Cabral deixei de ser funcionário Público porque uma empresa foi-me buscar para ser coordenador técnico da dita empresa. Mais tarde fundei uma empresa que se chamava AGROPEC, com sede em Nampula. Funcionou muito bem entre 70 e 73, se me tivessem deixado lá ficar, para mim era uma maravilha. Era um sonho que eu tinha realizado! Não acreditava naquilo que se deu, sempre pensei que ficava por lá, era a minha terra, nasceram lá os meus filhos, quando casei fui logo para lá. Voltei em 74, oito dias antes da véspera da Independência. Deixei lá tudo direitinho com a esperança de voltar, mas os ventos da história assim não quiseram, acabei por me fixar pela Idanha!

E o Senhor Manuel Pedro... por onde andou? Ou nunca saiu de cá?

Sáí sim senhor... quando era mais novo ainda dei umas cambalhotas por Lisboa, mas fui e voltei. Gosto disto. Trato das coisas; umas oliveiras do meu genro, umas parreiritas e umas cerejeiras do meu filho.

E vossemecê Senhor Joaquim... que nos conta?

Esta época passada a azeitona estragou-se nas oliveiras. Até uma certa altura estava muito boa, mas depois estragou-se tudo. E muitos ainda se deram ao cuidado de apanhá-la do chão, isso é piorzinho, por isso é que depois vais para três graus ou mais. Quem a colheu boa, e não deixou estragar, teve azeite de décimas e não de graus!

(A partir daqui, sem nos preocuparmos em saber quem diz o quê, ouçamos o que se disse).

— E quem é que tem azeite de décimas cá no Ninho?

— Tenho eu.

— A pôr a azeitona na cooperativa?

— Isso é que não.

— Ah pois... isso faz toda a diferença.

— Vocês aqui apanham a azeitona em que época exactamente?

— Em Outubro/Novembro mais ou menos.

— Nós portugueses, de maneira geral, por tradição, apanhamos a azeitona demasiado tarde, correndo o risco desses desastres. No resto da Europa, sobretudo em Itália, a azeitona é apanhada ainda verde, porque “prepararam” o seu principal mercado de exportação, que é o alemão, para o gosto do seu azeite “verde”, criando assim uma distinção específica que lhes permite vender sem concorrência e a preços muito mais compensadores.

— Essa azeitona tem por obrigação de dar um azeite fino...

— Pois, dá azeite fino, mas nem lhe toma o gosto.

— Essa falta de gosto, é uma apreciação do nosso gosto, porque há quem diga, que essa falta de gosto é que é o bom gosto!

— Eu trabalhei nove anos num lagar em Castelo Branco, e sempre tivemos azeite fino naquele lagar, porque a azeitona estava sempre na água. A azeitona vinha para os tanques e só de lá saía para ser moída. Nunca tínhamos azeite grosso.

— Era um lagar particular?

— Era. Havia um proprietário que comprava azeitona que juntava a alguma dele.

— Ah pois, olhava pelo seu negócio.

— E então que volta é que havemos de dar a esta coisa...? As terras estão aí, ninguém as levou, as pessoas foram-se embora, sem pessoas não se produz e as terras ficam por trabalhar, cada vez há menos empregos e, por isso, cada vez há menos pessoas e mais terras sem aproveitamento... bem... como se costuma dizer... o último apaga a luz e fecha a porta... não haverá uma solução para esta história?

— É de facto uma coisa ruim de ver!

— E ainda outra coisa sobre a azeitona... a minha azeitona nunca se estragou porque eu tratei-a a tempo. Quando veio a mosquinha já estava toda tratada. Está claro que quem não se dá ao trabalho de tratar não pode esperar milagres.

— Foi a agricultura que deixou de dar ou será que as pessoas hoje precisam de ganhar muito mais do que ganhavam antigamente?

— É uma coisa e outra. ☼



Projecto Ex-Libris

Por uma valorização concertada do Bordado de Castelo Branco



ADRACES

Numa parceria entre a ADRACES, a Câmara Municipal de Castelo Branco, o Instituto Politécnico e o Museu de Francisco Tavares Proença Júnior nasceu o projecto Ex-Libris, um projecto que se pretende cientificamente fundamentado, assente em investigações de grande grau de profundidade e complexidade para apurar as origens do Bordado de Castelo Branco e, desta forma, proceder à requalificação e valorização desta arte secular.

Neste sentido, a grande pecha do projecto tem sido aliar o genuíno e clássico Bordado inspirado nas colchas antigas a uma vertente de inovação, através de novos desenhos e novas aplicações do Bordado, sem desvirtuar, no entanto, o seu carácter puro e original. A certificação do Bordado, a formação das artesãs, o aproveitamento das novas tecnologias, sobretudo ao nível do desenho, para aliciar os jovens para este artesanato e para facilitar o trabalho das bordadoras têm sido as grandes apostas dos parceiros. Não ficam esquecidas igualmente a divulgação e a comercialização do Bordado a nível nacional e internacional. Neste campo, a ADRACES tem assumido um papel particularmente relevante, pelo que duas dessas acções, uma nacional e outra internacional, merecem especial referência.

A EXPOSIÇÃO DO BORDADO NA ESTAÇÃO DO ROSSIO EM LISBOA

De 20 a 26 de Agosto, a ADRACES foi convidada a promover na Estação do Rossio, em Lisboa, um variado programa de divulgação e valorização cultural e patrimonial da Região. Em exibição esteve uma verdadeira montra de produtos locais de alta qualidade, onde vingou a beleza inigualável do Bordado de Castelo Branco, ex-líbris de requinte do artesanato nacional.

Sob o nome “Bordado de Castelo Branco – Percursos por Terra e Mar”, a exposição abriu as portas ao público na no dia 20 de Agosto de 2007, pelas 19.00h. Na data de inauguração, perto de 5000 pessoas visitaram o espaço, que esteve em funcionamento até dia 26 de Agosto, com entrada livre.

Durante toda a semana foi possível assistir ‘in loco’ ao trabalho de uma bordadora, dando oportunidade aos visitantes de conhecer as diversas técnicas e saberes relacionados com a execução de grande complexidade do bordado, onde cada traço detém carregada simbologia da seda sobre o linho.

Desde as ímpares e tradicionais colchas até à inovadora aplicação do bordado em peças de vestuário de alta costura, ambas as vertentes estiveram em grande plano no espaço da exposição, revelando que, aliadas, tradição e modernidade traduzem uma abundância de novas potencialidades e aplicações daquele que é um dos mais ricos patrimónios da Região.

A exposição assumiu-se ainda como espaço para provas de azeite, mel, vinho e queijos, gentilmente cedidos pelos produtores locais regionais. Rodoliv (azeite) e Carlos Lourenço (queijos) de Vila Velha de Ródão, Adega Cooperativa do Fundão (vinhos), Cooperativa de Produtores de Queijo de Idanha-a-Nova e Cooproque - Cooperativa de Produtores de Queijos de Alcains foram os fornecedores dos produtos expostos durante toda a semana e que fizeram as delícias dos visitantes.

No fim-de-semana estiveram reservadas outras acções de promoção cultural local, desta vez mais ligadas à animação musical. Sábado, 25 de Agosto, foi dedicado à actuação do grupo de música tradicional “Saca Sons” da Zebreira. Já no Domingo, 26 de Agosto, o espaço foi animado pelo desfile do grupo de Cabeçudos da Zebreira e pelos “Toka a’ Vakalhar”, grupo de Bombos do Paúl.

A exposição revelou ser um verdadeiro sucesso. Segundo estimativas da organização, mais de 25 mil pessoas visitaram o espólio exibido durante os sete dias de duração do evento.

A iniciativa inseriu-se no âmbito de um projecto liderado pela Progestur, de onde resultou a exposição intitulada “Máscara Ibérica”, um evento organizado em parceria com a Agência Baixa Chiado e a EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, tendo a REFER como parceiro estratégico e contando ainda com o alto patrocínio da Região de Turismo Douro Sul e cuja inauguração se realizou no passado dia 19 de Julho de 2007.



ADRACES

ACÇÃO DE PROMOÇÃO NO HARRODS - LONDRES

Com o objectivo de promover as novas marcas de Portugal e de divulgar toda a diversidade que um visitante pode descobrir enquanto passeia pelo nosso país, nasceu a ideia de organizar uma exposição especialmente dedicada ao turista britânico, grande adepto dos destinos turísticos portugueses.

Numa acção promovida através do AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal) – Portugal Global (Ministério da Economia e da Inovação), a ADRACES é uma das convidadas para a promoção, divulgação e comercialização do Bordado de Castelo Branco, representando a região da Beira Interior Sul, de 1 a 28 de Outubro no famoso Centro Comercial Harrods, em Londres (Inglaterra). Nesta acção promocional, o tradicional e o moderno andarão de mãos dadas para mostrar ao mercado britânico o que de melhor há no nosso país, desde os produtos alimentares aos vinhos, passando pelo design, mobiliário, joalharia e artesanato.

Uma grande oportunidade de divulgar todo o potencial endógeno da BIS, onde o Bordado de Castelo Branco pode ganhar visibilidade e conquistar novos adeptos e mercados, desta vez no panorama internacional. Nas montras, a exposição inicia-se dia 24 de Setembro e termina dia 21 de Outubro.

A exposição decorrerá em três locais distintos do centro comercial londrino. A primeira área de exposição, no chamado “Portugal Studio”, apostará na interactividade com os clientes britânicos, a fim de que fiquem inspirados a visitar o nosso país. Os produtos nacionais serão também promovidos em redor das escadas rolantes da porta “3” e em quatro montras do Harrods.

No próximo dia 9 de Outubro terá lugar uma cerimónia de inauguração, promovida pelo Harrods. O evento terá lugar no restaurante Georgian, no quarto andar do Harrods, e contará com a presença de 250 convidados, entre jornalistas, compradores e outros que, de alguma forma, têm uma ligação a Portugal ou aos sectores representados na promoção. ☼

*Universidade Rural Europeia 2008
O desenvolvimento dos territórios rurais europeus*

Educação, cultura e tradição: uma fonte de inovação e modernidade

As Universidades Rurais Europeias são encontros bienais levados a cabo pela APURE, Associação para as Universidades Rurais Europeias, e pelos seus parceiros e associados europeus onde se debatem, promovem e constroem pensamentos e ideias sobre questões actuais relacionadas com o Desenvolvimento dos Territórios Rurais Europeus. Segundo um dos fundadores da APURE, a Universidade Rural Europeia é *“a Faculdade que sai dos seus muros para viver a realidade do dia-a-dia do mundo rural. A Universidade Rural Europeia são os actores do mundo rural que se libertam do seu quotidiano para apreender com instrumentos e métodos científicos. A Universidade Rural Europeia é a aposta no cruzamento de conhecimentos “doutos” e “conhecimento de experiência”, da reflexão e da acção.”*

O Desenvolvimento dos Territórios Rurais Europeus será o tema federador da Universidade Rural Europeia que acontecerá em Sucha Beskidzka (Região de Malo Polska - Polónia) entre os dias 11 e 15 de Junho do próximo ano. Sendo que, após 8 anteriores realizações (iniciadas em 1989 em França), esta é a segunda vez que as Universidades Rurais Europeias se desenvolvem num País de Leste.

A Universidade Rural Europeia procura também ir ao encontro das problemáticas/temáticas que mais se destacam na actualidade dos territórios onde estas se realizam pelo que, e sendo os parceiros polacos da APURE a WSTiE (Escola Superior de Turismo e Ecologia de Sucha Beskidzka) e a FSFOW (Fundação para a Gestão do Fundo Educacional), esta Universidade Rural Europeia terá como sub-tema “Educação, cultura e tradição: uma fonte de inovação e modernidade”, prenúncio de fortes abordagens às temáticas da educação e formação nos meios rurais, valorização das tradições e da cultura local como factor de desenvolvimento e ainda muitos outros sub-temas que estão na ordem do dia da agenda da Comunidade Europeia.

DA APURE E SEUS PARCEIROS...

A APURE é uma Associação Europeia constituída para valorizar os princípios da Educação Popular, aberta a todos, convivial e não formal, baseada na troca e cruzamento de saberes para produzir e difundir novos conhecimentos ao serviço do reforço de competências específicas do desenvolvimento do mundo rural assim sendo decidiu, em conjunto com alguns dos seus parceiros europeus, levar a cabo a preparação de duas candidaturas ao Programa Grundtvig de dois projectos que visam o estudo e aperfeiçoamento de metodologias e práticas no âmbito da formação e educação de adultos.

PROJECTO FERRY BOAT

O projecto FERRY BOAT visa a experimentação e comparação (em territórios-piloto dos países parceiros) de estratégias possíveis, que levem a que os *Novos Pobres do Mundo Rural* se auto-liberem dos constrangimentos provocados pela transformação demasiado rápida da sociedade global (mundialização do mercado, etc.), através de uma Metodologia de Formação alternativa.

Esta Metodologia de Formação consiste em estimular a participação activa dos Novos Pobres do Mundo Rural nas decisões das suas comunidades locais, participando responsabilmente na construção de um **Projecto Local de Desenvolvimento Rural Integrado e Sustentável** bem como na sua eventual qualificação profissional *ad-hoc*.

Parceiros

- APURE - Associação para as Universidades Rurais Europeias (Portugal)
- LABOS - Fundação Laboratório para a Política Social (Itália)
- Fundação para a Gestão do Fundo Educacional (Polónia)
- Faculdade de Agricultura da Universidade de Szolnok (Hungria)

PROJECTO A NOSSA HORTA

O projecto “A Nossa Horta” surgiu com a ambição primeira de criar uma rede local de pequenos agricultores, ou praticantes de agricultura familiar, com capacidade suficiente para escoar os excedentes produzidos nas suas hortas ou pequenas explorações, contribuindo de alguma forma para incrementar os rendimentos familiares e, ainda, para preservar um tipo de produção agrícola que, com a globalização da sociedade, corre sérios riscos de desaparecer.

Existindo nos territórios rurais, que circundam os grandes centros urbanos, um tipo de população que continua a produzir, de forma tradicional e familiar, produtos agrícolas de elevada qualidade para próprio consumo e conscientes de que, associados a essas produções, resulta normalmente uma fracção excedente, este projecto visa que, com esses excedentes, os seus produtores consigam rendimentos extra e ainda que esses produtos de qualidade cheguem até aos consumidores globais.

Este projecto visa ainda aportar ao público-alvo em causa um conjunto de competências através de formação direccionada em cada uma das fases do próprio projecto (produção, distribuição, cooperativismo, comercialização, etc.).

Parceiros

- ADRACES - Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul (Portugal)
- LABOS - Fundação Laboratório para a Política Social (Itália)
- CRESM - Centro Investigação Económica e Social para o Meridione (Itália)
- WSTiE - Escola Superior de Turismo e Ecologia de Sucha Beskidzka (Polónia)
- AGRYA - Associação dos Círculos de Juventude Rural e Agrícola do Departamento de Jász-Nagykun-Szolnok (Hungria), 

ADRACES





Quiosque da "BIS"

"Nenhum recanto da Beira Baixa representa mais ao vivo a ancestralidade do povo lusitano que esta região raiana"

Provérbios · rezas · lendas · crenças · mezinhas · adivinhas · músicas · poesia popular · hábitos e costumes

*Pedrógão de São Pedro
Penamacor*

Integração



JOLON

A idade avançada não é sinónimo de inactividade. Veja-se o exemplo de Maria do Carmo Bicho de 71 anos. E de Maria Cândida de 74 e Isaura da Conceição Faria de 63.

Para além dos serviços domésticos que desenvolvem diariamente em suas casas, preenchem os tempos livres com outras actividades.

À boa maneira beirã, logo que a sombra da tarde atinge o balcão de granito da casa de Maria Cândida, as amigas juntam-se e, enquanto põem a conversa em dia, fazem mais uns metros de belas e coloridas rendas para as toalhas, ou camas, das filhas, netas ou amigas.

Digno de registo é ainda o caso de Isaura Faria, pois não é co-

mun ver-se uma cigana integrada num grupo assim e muito menos a fazer renda. A residir há três anos em Pedrógão, garantiu à VIVER que gosta de residir em Pedrógão – “toda a gente me quer bem e eu quero bem a toda a gente”.

Relativamente à arte de fazer renda, diz que toda a vida soube fazê-la, porém, porque é doente e para se entreter agora faz mais.

Além disso, tem duas netas a seu cargo e as rendas serão para elas. Frequentam a escola e se desejarem fazer parte do rancho folclórico da terra ela não se opõe. “Tudo o que for de bom caminho eu não me oponho”, afirma.

O seu netinho, o Manuel, quer ser bombeiro quando for grande. De momento frequenta a catequese e sente-se feliz por isso.

Um excelente exemplo de integração social. ✿

Jolon



[Nota de autor] Para os interessados em visitar este espaço de cultura ou para os mais miúdos, o horário de funcionamento é o seguinte: Aberto das 10,00h às 12,30h e das 14,00h às 18,30h



Concurso de poesia popular:

Quem diria...! Uma "Cascavel" poética

Maria da Conceição Ledo Cascavel, 61 anos, natural de Vila Real - Trás-os-Montes, veio até Penamacor, devido ao seu percurso profissional, visto ter sido desde Março de 1975 até 1992 funcionária dos CTT. Foi a grande vencedora do Concurso de Poesia Popular, promovido no passado mês de Março pela Revista VIVER.

Quando é que o gosto por poesia nasce na sua vida?

O gosto pela poesia vem desde a adolescência. Comecei com 13/14 anos e ainda possuo esses textos todos datados. Sempre gostei de leitura, literatura. Em criança gostava muito de desenho, pintura, idealizava ir para Belas-Artes, estudava com esse objectivo. Era um extravasar efectivamente de querer fazer aquilo no futuro. Era demasiada sonhadora. Quando me reformei voltei a pegar na poesia, tenho dezenas, se não mesmo centenas de poemas.

Aprendeu, ou esse dom nasceu consigo?...

Quando escrevo, escrevo também para os outros. Tenho poemas mais levianos, outros mais sonhadores, conforme o estado de espírito. Não tenho nenhuma linha rígida, conforme sonho, assim vou escrevendo. É uma coisa muito próxima de nós, muito próxima de quem nos lê. O Poeta não é só quem escreve, mas também quem lê, é aquele que sente, aquele que ouve. Todos somos um pouco poetas.

Tento transmitir literalmente os meus sentimentos pela ponta da caneta. Se estou com a veia poética, extravaso-os de imediato para o papel, não posso aguardar. Acendo a luz, pego na esferográfica e numa folhinha e escrevo, mesmo durante a noite.

Não me inspiro em qualquer poeta em particular. Desde Camões a poetas populares, todos são poetas.

Só escreve poesia?

Também gosto de prosa, mas a prosa tem de ser sequencial. Portanto, pegar num princípio, num meio e num fim. Eu como não tenho meio e fim... pego sempre num princípio, e tudo se transforma numa poesia. É mais rápida, mais fluida, e tem um princípio e um fim logo ali.

Tem alguma obra editada?

Sim, "Escritas de Penamacor - Antologia de Textos Literários", editada pela Câmara Municipal de Penamacor. (E logo ali declamou com voz suave e tranquila um dos seus poemas preferidos, "Aos meus vinte anos").

Acha que esta iniciativa da Revista VIVER foi boa para manter viva a poesia popular na nossa Região?

Sim, porque não devemos estar fechados sobre nós próprios, devemos acima de tudo divulgar aquilo que temos para que as outras pessoas que conosco convivem possam conhecer um pouco daquilo que somos e um pouco daquilo que somos capazes de dar.

Deveria também haver saraus de poesia, nos cafés, por exemplo. A juventude aprecia essas coisas.

Que sentiu quando foi informada de que tinha sido a grande vencedora do concurso de poesia popular promovido pela Revista VIVER da ADRACES?

Fiquei contente por mim, e vaidade à parte, fiquei contente por Penamacor. Porque sendo um meio pequenino, temos que divulgar esta terra. Não tenho aqui as minhas raízes, mas como já cá estou há tantos anos... Acho bem que, no meio onde estamos inseridos, tentemos agradecer e divulgar aquilo que efectivamente se passa por cá. O que interessa é que ganhou a poesia em si.

Escreveu o poema propositadamente para a Revista VIVER?

Não. Quando fizeram aí em tempos, acho que em 2004, a Feira Medieval, achei a iniciativa tão interessante, que me deu essa pequena inspiração e transcrevi para o papel o que vi e senti. Depois, como gosto de sair um pouco à rua, pela hora da manhã, a dar duas voltas para oxigenar o sangue e a veia, quedei-me um pouco lá por baixo pela Vila Rica, olhei para cima para as nossas casas velhinhas, e pensei, "aqui está um bom tema". Cheguei a casa e transcrevi. Aos poucos, começou a delinear-se a forma do poema, e aí está o resultado que até é bastante interessante, sem vaidade.

Qual o maior sonho que tem enquanto poeta?

O meu primordial sonho é continuar a escrever. Gostava de compilar todas as minhas poesias num só volume. Gostava de fazer um "livrão" das dezenas, ou mesmo centenas, de poesias que tenho. ✿

*Texto e Fotos:
Sandra Vicente*

Aprendendo com os outros

Com muito gosto, transcrevemos aqui um texto da Lei sobre as Associações de Desenvolvimento Local, de Cabo Verde, um País que muitos julgam só ter a aprender dos outros, do nosso inclusive.

Pensamos que a sua leitura poderá ser muito útil a todos, e servir de inspiração, não para copiar, mas para incentivar a reflexão de políticos decisores e legisladores, e Dirigentes e Técnicos das Associações de Desenvolvimento Local deste nosso país.

“Do preâmbulo”

.../ “torna-se imperioso proceder ao reconhecimento das Associações de Desenvolvimento Local, ADLs, enquanto organizações locais actuantes na revitalização das marcas históricas, humanas, culturais e económicas dos territórios e das comunidades rurais, acentuando o seu papel, significativamente positivo, na aquisição de novas competências e qualificações que necessariamente têm contribuído para a promoção e desenvolvimento do mundo rural”/...

Assim: Nos termos da alínea a) do nº1 do art. 198º da Constituição, o Governo decreta, para valer como lei geral da República, o seguinte:

Artigo 1º

(Objecto)

O presente diploma define o estatuto das Associações de Desenvolvimento Local, adiante designadas ADL.

Artigo 2º

(Âmbito do diploma)

1. O presente diploma não se aplica a entidades que exerçam actividades político-partidárias.
2. O presente diploma não prejudica o disposto na lei relativamente às Sociedades de Desenvolvimento Regional e às Agências de Desenvolvimento Regional.

Artigo 3º

(Natureza Jurídica)

As ADL são pessoas colectivas de direito privado constituídas nos termos dos artigos 167º e seguintes do Código Civil.



Texto: *Inês Pedrosa*

Artigo 4º

(Objectivos)

1. Constituem objectivos das ADL a promoção do desenvolvimento sustentado, económico, social, cultural de uma determinada área do território nacional, através de:
 - a) reforço das actividades económicas e de emprego, potenciando os recursos endógenos existentes, nomeadamente no que diz respeito à promoção da agricultura de produtos de qualidade e de especificidade local, recreação e turismo em meio rural, artesanato, serviços de proximidade, pequenas e médias empresas tecnologicamente inovadoras e dinamização de modernos serviços de animação e informação;
 - b) desenvolvimento da qualidade de vida das comunidades locais e preservação dos recursos patrimoniais, naturais e culturais;
 - c) melhoria do nível organizativo das comunidades locais e de participação das populações nas decisões de carácter colectivo, apoiadas nomeadamente na promoção do associativismo, parcerias, fóruns e redes de cooperação e instalando uma cultura de Desenvolvimento Local;
 - d) abordagens inovadoras e experimentais que promovam a sociedade de informação e as novas tecnologias através de planos de desenvolvimento territoriais e locais que apoiem a educação, a investigação, a divulgação, a cultura, a formação profissional e a melhoria das acessibilidades e interacções rural/urbano e recursos da região.
2. Além dos objectivos enunciados no número anterior, as ADL podem prosseguir outros fins que com aqueles estejam relacionados e lhes sejam compatíveis.



Artigo 5º

(Autonomia)

No âmbito da legislação aplicável, as ADL podem autonomamente escolher as suas principais áreas de actuação, bem como estabelecer a sua própria organização interna de modo a prosseguir a sua actividade da forma que entender mais conveniente.

Artigo 6º

(Ligação ao Estado)

1. O Estado apoia as ADL no quadro das políticas e estratégias aprovadas a nível nacional, e valoriza o seu contributo na execução das políticas nacionais de desenvolvimento local e rural.
2. O apoio do Estado às ADL concretiza-se através da prestação de assistência técnica e financeira a programas, projectos e acções de desenvolvimento local e rural.
3. O apoio referido no número anterior é objecto de contrato.
4. O Estado reconhece às ADL autonomia para gerir outros instrumentos financeiros, seja através de subvenções globais, programas operacionais ou outros programas nacionais.

Artigo 7º

(Constituição)

1. As ADL constituem-se e adquirem personalidade nos termos da lei geral.
2. As expressões “ADL” e “Associações de Desenvolvimento Local” não podem ser utilizadas como elementos de denominação de uma pessoa colectiva que não respeite os requisitos do diploma.

Artigo 8º

(Composição)

As ADL são compostas designadamente por pessoas singulares, pessoas colectivas de direito público ou privado, estabelecimentos públicos, organizações sócio-profissionais e económicas, associadas em parceria representativa da sua zona de implementação.

Artigo 9º

(Âmbito territorial)

1. As ADL exercem a sua actividade na área geográfica definida nos respectivos estatutos, a qual deve ser determinada em função de uma homogeneidade das características sócio-económicas da região em causa.
2. Várias ADL podem cooperar entre si na prossecução de determinados objectivos comuns e na realização de certos empreendimentos que interessem simultaneamente às respectivas zonas de intervenção.

Artigo 10º

(Reconhecimento)

1. Por forma a desenvolver os níveis de participação da sociedade civil nas diversas instâncias da esfera pública e a reforçar as competências técnicas existentes no meio rural, podem ser reconhecidas, a seu pedido, as ADL constituídas nos termos do art. 3º, que satisfaçam cumulativamente os seguintes requisitos:
 - a) as entidades públicas não representem mais de 50% dos Associados das ADL;
 - b) exista uma representação clara das organizações de agricultores da zona de intervenção, em efectivo funcionamento.
 - c) os corpos técnicos possuam curriculum profissional no âmbito do Desenvolvimento Rural.
2. Deverá existir um reconhecimento do estatuto de cada ADL por parte do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Artigo 11º

(Registo)

O registo das ADL é efectuado mediante solicitação para o efeito e depósito dos respectivos actos de constituição e estatutos, nos termos de regulamento a aprovar por portaria conjunta do Ministério da Agricultura e do Ministério do Planeamento.

Artigo 12º

(Cooperação)

1. As ADL podem estabelecer parcerias com outras entidades públicas ou privadas mediante a celebração de protocolos para a realização dos objectivos enunciados no artigo 4º.
2. As ADL devem cooperar em organizações representativas do ambiente, património cultural, emprego e turismo, investigação e desenvolvimento, e educação e formação e outras organizações com intervenção no Desenvolvimento Rural.

Artigo 13º

(Direitos de participação)

As ADL deverão participar na definição das políticas de Desenvolvimento Rural através da sua representação nos organismos competentes nesta área.

Artigo 14º

(Utilidade pública)

As ADL devem ser declaradas pessoas de utilidade pública nas condições previstas no decreto-lei nº 460/77, de 30 de Novembro.

Artigo 15º

(Organizações já existentes)

As entidades já existentes que pretendam ser abrangidas pelo presente diploma deverão proceder ao pedido de reconhecimento conforme o previsto no artigo 10º e ao respectivo registo conforme o artigo 11º, no prazo de 120 dias a contar da data da sua entrada em vigor. ☼

Atirando pedrinhas na poça

(umas pequeninas, outras grandes, umas sérias, outras brincalhonas)

Por: Abel Cuncas



ADRACES

As canas da Biscana são outras!

Viva a Biscana!

Por se acaso... eu explico!

Claro que não é a mesma coisa atirar pedrinhas: p'ra poça, p'rá frente, p'ra trás das costas ou p'ro ar!

Atirando-as p'ra poça, ninguém se importa! Se as atirmos p'ra frente e acertarmos em alguém, é intencional, pode ser crime com alvo premeditado! Se as balançarmos p'ra trás das costas, as consequências são acidentais e a culpa é dos "corpos" que se chocam! Mas quando temerariamente as atirmos p'ro AR, corremos o risco de apanhar com elas no nosso vulnerável "Call Center"!

As de hoje... vão p'ro AR, por isso, temos que esconder a mão e... zarpar incontinentemente do lugar do arremesso, não vá o diabo disfarçado de confrade da rosa identificar-nos e aproveitar as novas tecnologias de comunicação para informar a central, em tempo inoportuno para o nosso tranquilo bem-estar.

Digo-o por vocês seus distraídos, cá o Abel, assim como todos os Cuncas da BIS, como confraria subterrânea que sempre fomos, estamos preparados para desaparecer da luz do dia e mergulhar nas profundezas das secretas e obscuríssimas concavidades da BIS.

Sabedoria dos antigos CUNCAS... não acreditamos em bruxas... mas lá que as há... lá isso há! Mais vale prevenir do que remediar!

Sejamos otimistas! De nada serve perder a razão por querer tê-la antes de tempo... os Cuncas têm razão para acreditar no futuro, num futuro risonho, alegre e, mesmo... EUFÓRICO! Sim... eufórico! Para além das pedrinhas com que nos entretemos e de que somos feitos, também nos orgulhamos de outros méritos e obras assinaláveis!

É o caso da grande descoberta científica apresentada na última Conferência anual da Ordem Científica da Sub-pontificia Cundi-versidade Cuncalícia, realizada no passado mês de Junho na nave maior do complexo Cundi-versitário das "concavidades" secretas de Segura, ali mesmo por baixo do castelo de Peña Fiel.

Para gáudio da grande assistência presente, originária de todas as veredas e linhas de água da BIS, o Venerando, Sapientíssimo e muito respeitável Reitor e Grado Mestre da nossa prestigiada Academia de Ciências, revelou-nos a sua enorme descoberta, descoberta ainda bem tapada pelo manto da pública ignorância dos factos!

VIVA a... BISCANA!

Sim senhor! Ao fim de quase um século de pesquisas e experiências, o MESTRE revelou-nos o segredo da sua vida, o sucesso alcançado ao fim de tantas noites, dias, meses e anos, à procura da cura para as nossas depressões, para os terríveis acidentes cardio-vasculares, maus feitos, tristezas, deficits, invejas e maus "stresses" que nos acabrunham! A partir de agora, os residentes da BIS poderão viver em contínua euforia em todos os seus ermos e povoados, num permanente "BOOM", e não apenas durante aquele exíguo período de uma semana ou duas, de dois em dois anos, e só nos arredores da Idanha! Graças à "BISCANA" a ervinha santa cá da BIS, passaremos a ser todos euforicamente irresponsáveis e felizes!

Logo que a Europa e o Mundo souberem desta nossa descoberta, os peregrinos, como formigas, acorrerão massivamente por todos os carreirinhos da BIS à procura desta nossa ervinha, com muitas imitações em outras paragens doutros continentes, mas nenhuma como a nossa; tão competitiva, livre, perfumada e benfazeja.

Se os nossos governantes locais e regionais forem abertos às novas tendências civilizacionais e se deixarem de cínicas e inúteis proibições moralistas, eleitoralistas e doutras listas, com a expansão e o reconhecimento dos consumidores de todo o Mundo, a BIS passará a ser mais conhecida e frequentada que Amesterdão!

Com o turismo e o comércio extremamente desenvolvidos, com grandes mercados ambulantes em todas as entradas da BIS a vender os nossos excelentes produtos locais: saquinhos de queijos com BISCANA, BISCANA em efusão de azeite virgem e "patés de lebre au BISCANE", etc... já imaginaram?

Mas atenção... nada de exportações da matéria-prima! Quem quiser BISCANA tem que a vir consumir na BIS. As propriedades organolépticas, organogénicas e cinégeticas (ver dicionário Cuncas-raças) da nossa BISCANA, os seus efeitos sociais, culturais e económicos p'ra BIS serão infinitamente mais benéficos e enriquecedores que os do tabaco no passado, ou os da anunciada cana "alcoólica" no futuro... palavra dos CUNCAS da BIS.

Post Scriptum – Nada de confusões.

Favor não associar a nossa BISCANA à CANABIS! São produtos totalmente diferentes. A BISCANA é nossa, é Europeia, Civilizada e perfeitamente adaptada às condições *edafo-climáticas* da região, é um produto local comercializado por pacíficos aldeões(ãs) para melhorar os seus níveis e condições de vida e não para financiar árabes fanáticos e terroristas.

Prefiram sempre a nossa BISCANA, melhor e mais barata que qualquer outra cana! ☼



FISHEYE

Paisagem outonal

director: **António Realinho**
publicação trimestral
distribuição gratuita

**viver**

Nesta edição destaca-se:



Tribuna da Cidadania

José Guardado Moreira - De militar a misericordioso!

08

“De pose discreta e quase tímida, detecta-se no seu olhar atento e calmo a atenção com que nos escuta. Fala pausadamente e com satisfação profunda da “sua” obra à frente da Provedoria da Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco, mas não esquece as suas variadas passagens por Castelo Branco, onde sempre acabou por retornar, após as muitas deslocações impostas pela sua carreira militar”.



Grande Tema

Artesãos e Artes Populares da BIS

12

“O sentido e o elo agregador das comunidades rurais traduz-se na sabedoria popular, o que pressupõe a vivência continuada de uma população que partilha e transforma um território, desenvolve laços de parentesco, reparte tarefas produtivas e funções sociais de representação, visando satisfazer interesses comuns e defender valores colectivos” - Lopes Marcelo



Inovadores e Pioneiros

Eles prometem-nos... Um grande projecto, com óptimos objectivos económicos, sociais e ambientais

31

“Pode considerar-se inovação e pioneirismo todo o processo de sensibilização dos diferentes actores nacionais e internacionais que concorrem para a existência dum projecto de dimensão internacional, a instalar-se num território relativamente periférico dos grandes centros de decisão política e financeira, socialmente deprimido e extremamente frágil em termos de perspectivas endógenas de desenvolvimento a curto prazo”.



Teorias e Práticas do Desenvolvimento Local

Aprendendo com os outros

47

“Com muito gosto, transcrevemos aqui um texto da Lei sobre as Associações de Desenvolvimento Local, de Cabo Verde, um País que muitos julgam só ter a aprender dos outros, do nosso inclusive”.